

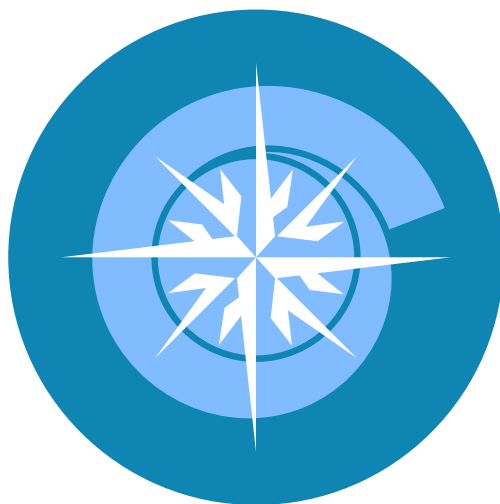


Revista Eletrônica
TRT da 15ª Região
CORREGEDORIA REGIONAL

Ano V – Número 9 – Junho/2017

Campinas/SP

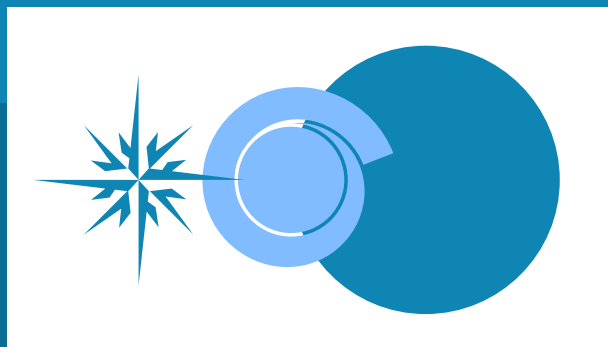
2017



2021

Missão

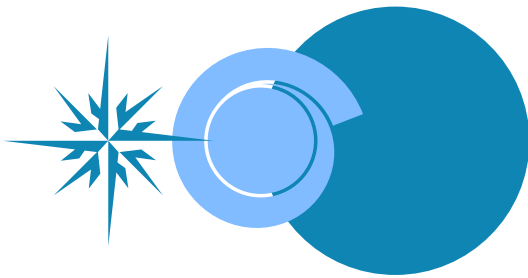
Aprimorar a atuação da 1ª
Instância, mediante Fiscalização,
Orientação e Parceria.



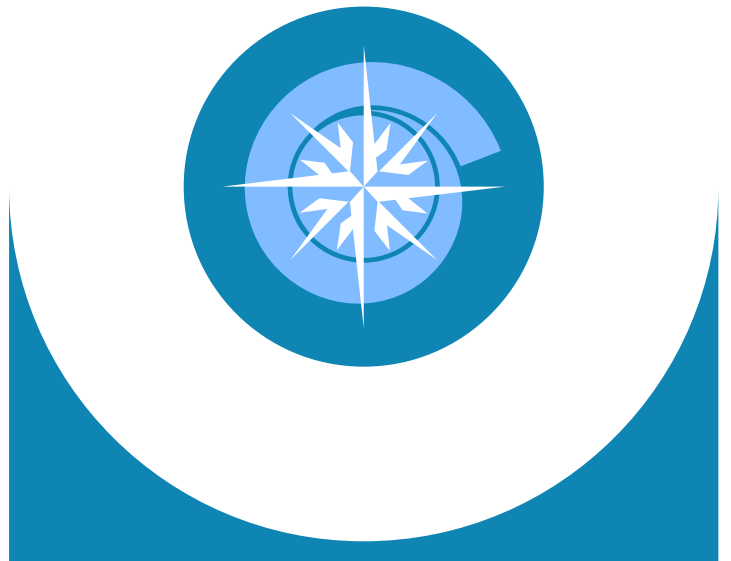
Neste início de ciclo,

durante a elaboração da estratégia da Corregedoria para 2017/2021, foram fixados novos horizontes para cultivar as conquistas havidas, por meio de objetivos coerentes com as novas possibilidades.

Sumário



Conheça as metas e objetivos do mapa da estratégia da Corregedoria no novo plano - **Pg. 9**



Ações e projetos ganham diretrizes para os próximos anos na Estratégia da Corregedoria para 2017/2021 - **Pg. 4**



Visando universalizar procedimentos de trabalho otimizados, se inicia a padronização do *iter* processual - **Pg. 20**

Normatização de procedimentos e orientações da Corregedoria - **Pg. 23**

Padronização nacional da fase executória permite otimizar procedimentos com tecnologia - **Pg. 28**

Dicas da Corregedoria - **Pg. 47**

Primeira interlocução do ano com a judicatura de Campinas - **Pg. 52**

Inovação da Corregedoria facilita acesso ao RAR e MGD - **Pg. 53**

8ª e 10ª Regiões conhecem práticas da Décima Quinta - **Pg. 55**



APOIA15

O projeto Apoia 15 inicia o ano com ações de alinhamento e se prepara para incluir novos participantes - **Pg. 38**

Expediente

DIREÇÃO DO TRIBUNAL

PRESIDENTE

Fernando da Silva Borges

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Helena Rosa Monaco da Silva Lins Coelho

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Edmundo Fraga Lopes

CORREGEDOR REGIONAL

Samuel Hugo Lima

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Susana Graciela Santiso

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Manoel Carlos Toledo Filho

VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL

Ana Paula Pellegrina Lockmann

OUVIDORA

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

VICE-OUVIDOR

Edison dos Santos Pelegrini

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza
 Olga Aida Joaquim Gomieri
 Eduardo Benedito de Oliveira Zanella
 Henrique Damiano
 Luiz Antonio Lazarim
 José Pitas
 Luiz Roberto Nunes
 Lorival Ferreira dos Santos
 Manuel Soares Ferreira Carradita
 Fernando da Silva Borges
 Flavio Nunes Campos
 Gerson Lacerda Pistori
 Helena Rosa Monaco da Silva Lins Coelho
 Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes
 Edmundo Fraga Lopes
 Tereza Aparecida Asta Gemignani
 Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
 Thomas Malm
 Susana Graciela Santiso
 Samuel Hugo Lima
 Maria Madalena de Oliveira
 Fábio Grasselli
 Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi
 Dagoberto Nishina de Azevedo
 Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Manoel Carlos Toledo Filho
 Antonio Francisco Montanagna
 Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza
 Luiz José Dezena da Silva
 Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
 João Alberto Alves Machado
 Claudinei Zapata Marques
 José Otávio de Souza Ferreira
 Ana Paula Pellegrina Lockmann
 Roberto Nóbrega de Almeida Filho
 Helcio Dantas Lobo Junior
 Eder Sivers
 Antonia Regina Tancini Pestana
 Carlos Augusto Escanfella
 Eleonora Bordini Coca
 Carlos Alberto Bosco
 João Batista Martins Cesar
 Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo
 Fabio Allegretti Cooper
 Maria Inês Correa de Cerqueira Cesar Targa
 Edison dos Santos Pelegrini
 Luciane Storel da Silva
 Ricardo Antonio de Plato
 Ricardo Regis Laraia
 Wilton Borba Canicoba
 José Carlos Ábile
 Jorge Luiz Costa
 Rosemeire Uehara Tanaka
 Luis Henrique Rafael

COORDENAÇÃO

Vladimir Nei Suato
 Secretário da Corregedoria Regional

JORNALISTA RESPONSÁVEL

José Francisco Turco – MTb/SP 21.571
 Tel.: (19) 3731-1689
 jfturco@trt15.jus.br / imprensa@trt15.jus.br

EDIÇÃO E REDAÇÃO

Equipe da Corregedoria

FOTOGRAFIA

Arquivo TRT15

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Turco Merlim

FONTE TIPOGRÁFICA

"Open Sans"

By: [Steve Matteson](#)
[Apache License, version 2.0](#)

Contato: corregedoria@trt15.jus.br



PLANEJAMENTO

Ações e projetos ganham diretrizes para os próximos anos na Estratégia da Corregedoria 2017/2021

O plano de ação da Corregedoria para 2017 recebeu a aprovação do Órgão Especial na Sessão Administrativa realizada na sede judicial em 30 de março (disponibilizado no DEJT de 17 de abril, Caderno Administrativo, páginas 3 a 10, consoante Ata aprovada na Sessão Administrativa seguinte – 20 de abril), conforme determinado no Regimento Interno da Corte. Na mesma oportunidade houve a prestação de contas dos resultados havidos em 2016, no bojo do Planejamento Estratégico.

Neste documento foram consignadas as perspectivas remodeladas para a atuação após conclusão do macrociclo da estratégia elaborada para o período 2013/2016. Agora, o trabalho conjunto da equipe com a Assessoria Estratégica em torno das ações e projetos implementados à rotina e daqueles que se iniciaram em 2016 ou que se pretende iniciar nos anos vindouros está reunido no documento do Planejamento Estratégico 2017/2021.

Destaca-se dentro deste momento

de transição, a revisão dos resultados e valores vividos no período. Deste modo, se iniciará em continuidade às ações desenvolvidas, uma nova fase do planejamento, em sequência ao plano juntado ao Pedido de Providências 0000049-67.2013.5.15.0899, previsto para o período 2013/2016.

No ensejo desta passagem e para ressaltar os ativos intangíveis agregados ao capital intelectual da instituição, foram aferidos indicadores em quatro principais dimensões do trabalho realizado até agora, quais sejam, a dimensão cultural, estrutural, social e econômica – tanto do ponto de vista dos resultados quanto dos recursos disponíveis.

Por meio de uma atuação com vistas tanto mais à orientação dos procedimentos de trabalho nas Unidades de Primeira Instância – para assegurar a qualidade dos serviços prestados –, quanto menos voltada a seguir um viés meramente punitivo, fiscalizar e orientar consolidam-se como mecanismos recíprocos de ampliação dos conheci- ▶

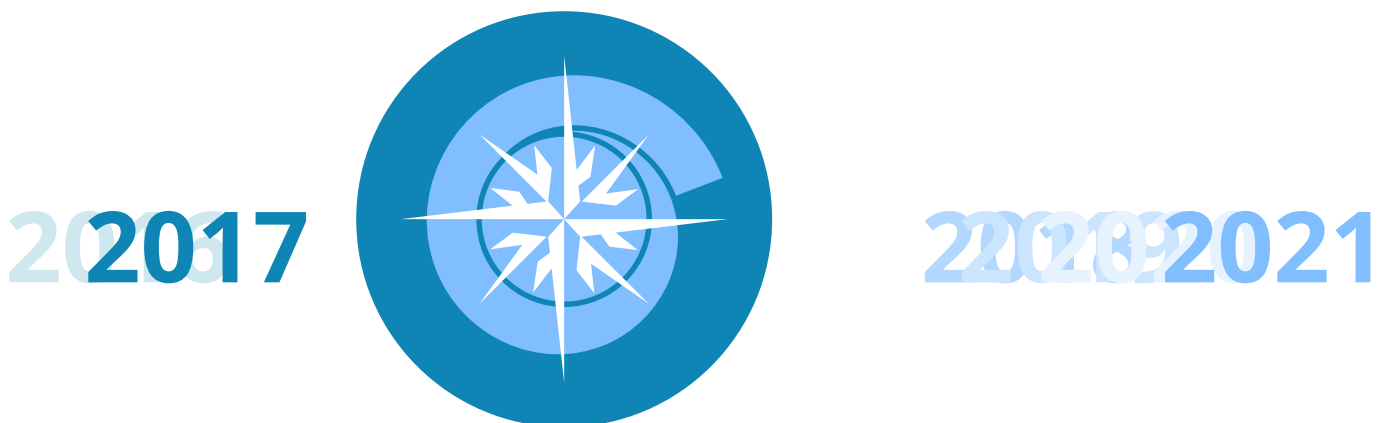
mentos, habilidades e atitudes capazes de transformar a cultura organizacional e fazer jus ao gerencialismo exigido do Poder Público. Para tanto, há o oferecimento de ações de suporte e assessoramento às Varas do Trabalho, com a contrapartida necessária de que haja o efetivo compromisso na melhoria dos resultados aferidos em seu âmbito de atuação. A fiscalização passou, portanto, a recair sobre o planejamento de resultados estabelecido em parceria.

O que mudou no plano estratégico?

Em virtude da conclusão do plano elaborado em parceria com a Assessoria de Gestão Estratégica para o quadriênio 2013/2016, se propõe, para continuidade da estratégia desta Corregedoria Regional, novo plano estratégico para o ciclo compreendido entre 2017/2021. A circunscrição de um conjunto de metas e objetivos em um período de tempo definido permite o de-

envolvimento de ações de modo sistemático, consoante metodologia de planejamento e desenvolvimento de atividades que serão checadas e ajustadas por meio de critérios específicos e objetivos. Trata-se de implementação do ciclo PDCA, técnica que propõe a dinâmica das ações no âmbito da estratégica, a fim de estabelecer uma atuação de nível operacional que corresponda às diretrizes estratégicas desenhadas para o período, conforme melhor prática adotada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para avançar desde o macrociclo que se encerra até este momento de nascimento de um novo ciclo na estratégia desta Corregedoria, houve grande empenho na análise e interpretação dos resultados obtidos e preparar a rota que norteará o órgão em direção aos seus novos objetivos, que estão representados em sua atual Missão e Visão de Futuro. Cumpre ressaltar que ambos foram revistos por se considerarem atingidas as metas perseguidas pelo plano estratégico anterior. Assim, ► deste olhar em retrospectiva e do co-

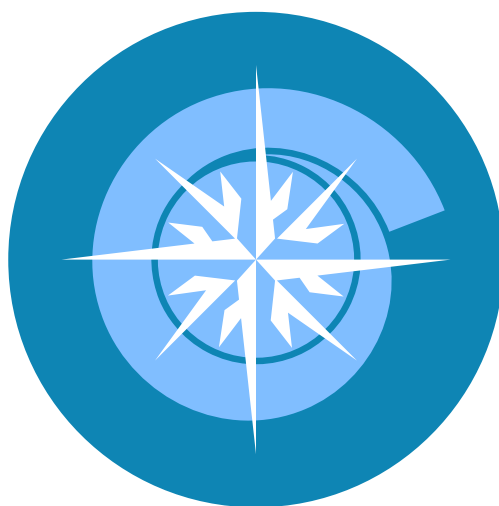


tejo dos resultados com a realidade presente, se transita para a seguinte Missão: “Aprimorar a atuação da 1ª Instância, mediante fiscalização, orientação e parceria”, que é representativa da razão de existir da Corregedoria Regional, segundo identificado pela própria equipe, e constitui a própria essência dos atos e decisões a serem adotadas. O norte, por sua vez, introduzido pela Visão de Futuro, é “Reduzir o congestionamento nas Unidades de 1º Grau” e representa a melhoria que se pretende alcançar nos próximos 5 anos com as ações planejadas.

Em complemento à tríade axiológica – que tanto é ponto de partida para a atuação da Corregedoria quanto o

horizonte a que se dirige o planejamento estratégico – se encontram os Valores adotados para o período, juntamente à Missão e a Visão de Futuro. Ética, Comprometimento e Transparência se constituirão enquanto verdadeiros parâmetros na persecução de uma atuação virtuosa na implementação da estratégia, durante todo o planejamento, desenvolvimento, checagem e ajuste (PDCA) das ações necessárias à concretização da realidade pretendida.

Deste modo, entre o que já foi concretizado em relação ao período de planejamento anterior e as ações que serão mantidas por estarem em desenvolvimento, se acrescenta ao novo



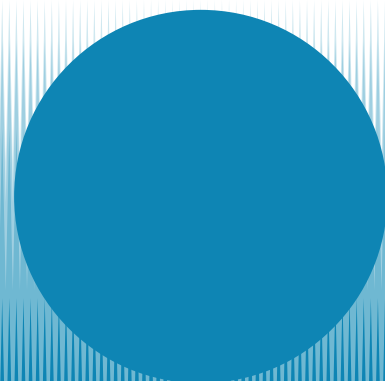
Missão

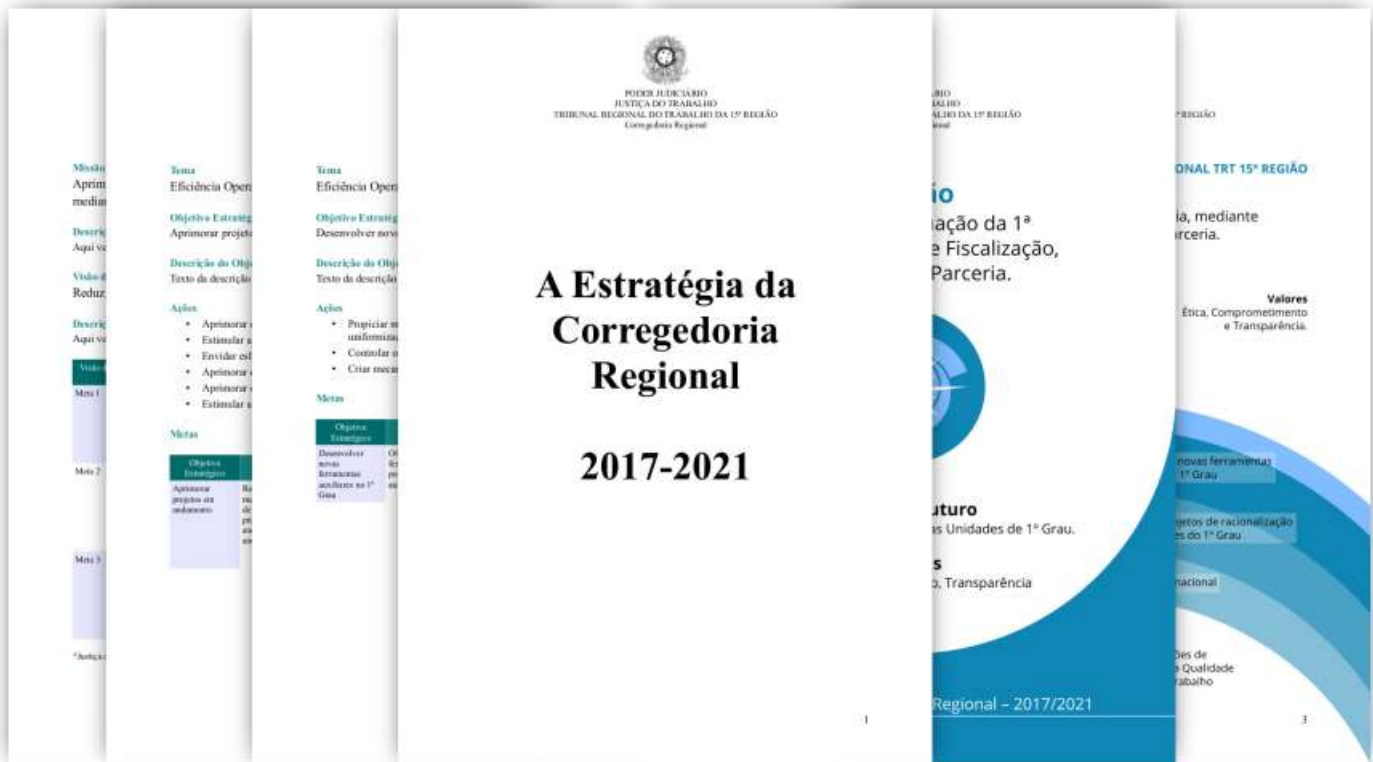
Aprimorar a atuação da 1ª
Instância, mediante Fiscalização,
Orientação e Parceria.

plano as ações e objetivos que de algum modo ganham utilidade de acordo com o horizonte que se apresenta nesta oportunidade de reinício, desencadeada ainda em 2016.

De partida para o caminho a ser trilhado em 2017, assim também considerando o que se pretende alcançar em 2021 ao final desta jornada, deixam de ser estratégicas as ações que se estabeleceram e foram estruturadas como rotina de trabalho. Dessa forma, em recente reunião de planejamento, já em etapa final, os objetivos do plano estratégico anterior foram divididos entre aqueles já incorporados à praxis da Corregedoria – e que portanto deixam

de ser estratégicos para consecução da Visão de Futuro – e aqueles cuja persecução se estenderá para este período, sendo necessários à concretização da estratégia que permeia o plano encerrado em 2016 e aquele que se inicia no presente ano. Ao final, o que se obteve foi o atual mapa com 7 (sete) objetivos estratégicos, considerados em perspectiva de processos internos ou de recursos, distribuindo-se 5 (cinco) naquela e 2 (dois) nesta. Fica, portanto, estabelecido o plano de trabalho para os próximos anos, abrangendo a continuidade das ações em desenvolvimento e também aquelas que se pretende desenvolver a partir de 2017. ►





Planejamento Estratégico 2017/2021 – plano de ação 2017

O princípio para o novo ciclo é dar novo contorno às ações, conduzindo a estratégia desta Corregedoria para objetivos que surgem da conclusão dos objetivos previstos anteriormente para o ponto de chegada, nesta transição entre ciclos. Assim, as ações desenvolvidas até 2016 serão continuadas conforme previsão do novo plano, mas, de modo progressivo, serão feitos ajustes, com possível ampliação do escopo de atuação. Exemplo disso é o

projeto Apoiar 15 que recebeu 27 Varas do Trabalho para reunião de trabalho em março, com vistas a incluí-las no projeto de assessoramento.

Como ponto de partida para o presente ano, em complementação às ações descritas no bojo de cada objetivo estratégico e já em desenvolvimento neste momento, haverá o acompanhamento da atuação das ações e dos objetivos consignados por meio das metas fixadas para o período 2017/2021, conforme será visto nesta edição desta Revista. ◆

REALIZAÇÃO

Conheça as metas e objetivos do mapa da estratégia da Corregedoria no novo plano

Ao longo do planejamento elaborado pela Corregedoria para o período 2017/2021, foram consignadas metas e delineado o *modus operandi* para as ações e objetivos estratégicos. Vale ressaltar que todo o trabalho se destina à consecução da missão institucional de “Aprimorar a atuação da 1ª Instância, mediante Fiscalização, Orientação e Parceria”. O mapeamento realizado e constante do plano da Corregedoria foi realizado pela equipe para servir de orientação para o dia a dia, quando da realização dos serviços afetos ao órgão. Por ser um documento público, também se destina a dar transparência à atuação da equipe, nesses termos.

Em parceria com a Assessoria de Gestão Estratégica, foi elaborado o mapa da estratégia da Corregedoria, que deu origem ao plano de ação para 2017, apresentado ao Órgão Es-

pecial na sessão de março. Com a aprovação dada para o prosseguimento das ações, a gestão para o novo período será dirigida conforme a Missão e Visão institucionais, que foram adequados para o momento presente, visando ao atingimento dos objetivos, ações e metas da estratégia. Sempre no seio dos valores consignados junto ao plano.

Na perspectiva de processos internos, identificou-se o que precisa ser feito de modo diferente ou melhor para alcançar a Visão de Futuro. Já em relação à perspectiva de recursos, está o que a Corregedoria precisa possuir de diferente ou melhor em relação ao que já possui e que seja necessário para alcançar esta Visão, ou seja são os objetivos eleitos para a obtenção dos recursos necessários à atuação estratégica no período. ►

Os objetivos estratégicos – Perspectiva Recursos

Tema: Gestão de Pessoas

Em relação ao objetivo “Estimular ações de promoção da qualidade de vida no trabalho” e em complementação à necessidade de recursos ex-

trabalho no Poder Judiciário. Como consequência da possibilidade de maior controle das atividades empregadas nas Secretarias das Unidades de 1º Grau, ainda em virtude da possibilidade de maior efetividade na tramitação processual, se faz necessária, tanto quanto conveniente e oportuna, a agilização dos procedi-

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador	Memória de cálculo	2017	2018	2019	2020	2021
Estimular ações de promoção da qualidade de vida no trabalho	Realizar duas ações de promoção da qualidade de vida por ano	Número de ações de qualidade de vida realizadas no ano, isolada ou conjuntamente	Somatória simples das ações de promoção de qualidade de vida no trabalho, realizadas no período	2	2	2	2	2
Viabilizar incremento nas competências de Magistrados, Diretores e Servidores do 1º Grau	Alcançar 90% de cursos sugeridos efetivamente oferecidos	Percentual de alcance das capacitações propostas	(capacitações propostas oferecidas no período/total de capacitações propostas no período) X 100	50%	60%	70%	80%	90%

posta, considerando o fator humano, a Corregedoria estimulará ações de promoção da qualidade de vida no trabalho de magistrados, diretores e servidores; e incentivará a realização de pausas de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados. Com o advento do PJe a tecnologia se faz presente e se torna cada vez mais a realidade de


mentos mecânicos e otimização das tarefas afetas ao processo eletrônico.

Em vista disso, é complementar que haja um maior estímulo à ações voltadas ao bem-estar de todos os envolvidos na realização da prestação jurisdicional. Para este fim, serão utilizados os meios capazes de deflagrar este estímulo, desde a normati- ▶

zação dos procedimentos voltados a este fim, até a divulgação deste objetivo nas oportunidades de interlocução com a 1ª Instância, inclusive pela utilização dos meios de comunicação disponíveis a esta Corregedoria.

Já dentro do objetivo “Viabilizar incremento nas competências de Magistrados, Diretores e Servidores do 1º Grau”, no que concerne às necessidades relativas a recursos humanos, no sentido de viabilizar os projetos da Corregedoria junto às unidades de primeira instância, faz-se imprescindível a adoção de iniciativas de capacitação de magistrados, diretores e servidores do 1º grau. Nesse contexto, esta Corregedoria pretende identificar as demandas, a fim de requerer, junto à Escola Judicial, a implementação de cursos, atividades e eventos para fins de capacitação, em especial no que se refere à gestão por processos e procedimentos processuais. Com efeito, é notório o escopo procedimental de

diversas iniciativas desenvolvidas pela Corregedoria junto à primeira instância, seja no sentido de oferecer orientação ou exercer fiscalização. Nesse contexto, ganha força estratégica a capacitação dos envolvidos quanto à gestão de processos e aos procedimentos processuais, a fim de garantir que o investimento institucional da Corregedoria gere os frutos esperados.

Em especial, e em atenção aos esforços realizados nos anos anteriores, destaca-se a necessidade de implementar iniciativas de capacitação para o uso de ferramentas de pesquisa destinadas a conferir efetividade à execução trabalhista, bem como acerca da adoção de medidas destinadas a garantir celeridade nas fases de conhecimento e liquidação, no tocante à gestão das perícias, por exemplo. Além disso, a Corregedoria adotará iniciativas no sentido de estimular a participação dos interessados nas ações de capacitação indicadas. 

Os objetivos estratégicos – Perspectiva Processos Internos

Tema: Atuação

Concernente ao objetivo “Integrar a Corregedoria no contexto nacional”, com o avanço do Processo Judicial Eletrônico como sistema único para tramitação processual, também junto ao avanço na utilização de ferramentas como “smartphone” e “WhatsApp” na rotina de trabalho, faz-se necessário adequar a forma de consulta aos normativos e procedimentos recomendados pela Corregedoria aos tempos modernos.

Surge como solução a esta questão o projeto Consulta15, que visa concentrar em apenas uma plataforma todos os normativos, manuais e materiais de consulta, em formato que permita sua constante atualização, de forma dinâmica, e cuja visualização seja clara e condizente com as ferramentas de trabalho atuais. Será adotado para isto plataforma do tipo “wiki”.

Outro aspecto essencial para o aprimoramento dos procedimentos recomendados e adotados pela primeira instância é o constante contato com as Corregedorias dos demais Regionais, a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e os órgãos ex-

ternos representativos, como a OAB e as Procuradorias das Fazendas.

Para uniformização dos procedimentos adotados tanto em âmbito interno quanto externo serão enviados esforços para que sejam realizadas reuniões com os Secretários das demais Corregedorias, no ensejo da realização das reuniões do Colepccor. Esta aproximação permitirá discutir em âmbito nacional o alcance da atuação das Corregedorias Regionais, o estabelecimento de termos de cooperação técnica e a troca de informações.

Visando aperfeiçoar a comunicação entre a Corregedoria e a Primeira Instância, serão publicados vídeos semanais denominados “Dicas da Corregedoria”, na plataforma “YouTube”, com ênfase nos procedimentos e dúvidas mais comuns. Essa forma de contato direto e mais informal é mais um dos mecanismos utilizados para orientar e difundir o conhecimento acumulado ao longo do tempo e as boas ideias coletadas em Correição, na Mostra de Boas Práticas ou via contato direto junto às Varas. A iniciativa, portanto, vai ao encontro de outras iniciativas como a “Wiki da Corregedoria” e a seção da extranet “Orientações da Corregedoria”.



Tema: Efetividade

O objetivo “Propiciar meios de melhoria contínua nas unidades de 1º grau”, prevê que a gestão de pessoas, de processos e dos dados estatísticos sejam três pilares para uma gestão bem-sucedida das Unidades de 1º Grau, no que se pode analisar da experiência com os projetos levadas a efeito até o momento. No entanto, é recorrente que não haja a

em aperfeiçoamento o Sistema de Informações Correicionais e Apoio à Gestão (e-SInCor) para ampliar o acesso dos gestores às ferramentas de identificação de inconsistências e dos processos que deverão ser saneados, por meio da extração e compilação de dados da tramitação processual, a partir dos itens do e-Gestão. Outra fonte importante de inconsistências de dados a ser atacada são os lançamentos relacionados à

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador	Memória de cálculo	2017	2018	2019	2020	2021
Integrar a Corregedoria no contexto nacional	Participar de eventos nacionais ou lançamento de ação global em três ações por ano	Número de participações em eventos nacionais e/ou lançamento de ação de interesse nacional	Somatória simples de participações da Corregedoria em eventos nacionais e/ou lançamento de ação de interesse nacional					

priorização do cuidado com a qualidade do registro dos dados.

Durante a migração dos processos físicos da fase de execução para o Pje, por meio do módulo CLE, foi percebido que uma das tarefas mais importantes de saneamento era a regularização dos lançamentos dos dados estatísticos e movimentos do e-Gestão nos sistemas de acompanhamento processual. Assim, está

conclusão para julgamento, movimento 51, e o registro dos movimentos que solucionam o processo.

O e-SInCor, com os relatórios de processos conclusos e o Relatório de Aferição de Resultados (RAR), fornece dados para que os Magistrados e servidores verifiquem as inconsistências nos lançamentos e constatem quais processos se encontram pendentes de julgamento. Considere- ▶

rando os índices observados na taxa de congestionamento da fase de conhecimento no âmbito deste Regional pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, a questão é primordial para o alcance das metas estabelecidas.

No que tange aos processos em tramitação por meio eletrônico, o sistema do PJe não possuía ferramenta para gestão, como os relatórios por tramitação ou processos por data de entrada nas tarefas. Para superar este obstáculo surge o Sicond, adaptado a partir do projeto do TRT da 7ª Região, que permitirá a criação de relatórios adequados à realidade e às demandas da 15ª região.

As demandas que poderão ser atendidas pelo Sicond ao longo de 2017, consoante disponibilidade da Secretaria de TIC, já foram identificadas e serão compostas pelos assuntos “Processos sem tramitação”, “informações quanto às vinculações do processo”, “assuntos processuais”, “perícia”, “prazos vencidos”, “informações da pauta”, “petições urgentes”, “distribuição de mandados” e “triagem inicial pelo endereço do reclamante”.

Identificadas as inconsistências e concluído o saneamento, o próximo passo será a capacitação dos servidores e magistrados, com auxílio da Escola Judicial e a conscientização dos usuários quanto à importância do registro das informações nos sis-

temas e dos movimentos do e-Gestão, para que os dados estatísticos se coadunem com a realidade.

Dentre os projetos que chamaram a atenção desta Corregedoria, destaca-se a iniciativa do TRT da 1ª Região “Conhecimento – passe adiante”, que defende a utilização do mês de janeiro para saneamento dos lançamentos em processos da fase cognitiva, com o objetivo de medir o acervo existente, por fase processual.

Quanto à redução da taxa de congestionamento na execução, condição fundamental é o aprimoramento da pesquisa patrimonial, a otimização de seus procedimentos e a manutenção e estabelecimento de novos convênios para utilização de ferramentas eletrônicas que permitam a localização de bens e de devedores ocultos.

Destaca-se como projeto de suma importância em 2017 a participação desta Corregedoria no RedeLab, Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia, junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que permitirá um aprofundamento da pesquisa patrimonial avançada, prosseguindo a execução contra devedores que ferramentas como Simba ou CCS não lograram êxito.

Outra oportunidade para aprimoramento da pesquisa patrimonial é a criação de um banco de dados da execução no Processo Judicial Eletrô- ▶

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador	Memória de cálculo	2017	2018	2019	2020	2021
Propiciar meios de melhoria contínua nas unidades de 1º grau	Reduzir em 80% a taxa de inconsistência de dados das unidades de 1ª instância	Taxa de inconsistência de dados	(total de inconsistências verificadas nos lançamentos do período/total de lançamentos do período) X 100					
Viabilizar projetos de racionalização das atividades do 1º grau	Executar um projeto novo de racionalização das tarefas do 1º grau por ano	Número de projetos novos iniciados no ano	Somatória simples dos novos projetos iniciados no ano	1	1	1	1	1

nico, tendo como base o sistema já em utilização no nosso regional, EXE15, cuja alimentação de dados permite uma utilização mais racional da mão de obra especializada dos Oficiais de Justiça Avaliadores, evitando retrabalho e a prática de atos inócuos na execução.

O projeto de integração do EXE15 com o PJe conta com a aprovação do CSJT e com a participação dos Tribunais das 3ª e 5ª regiões e foi objeto de elogios do Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT/TST Maximiliano Pereira de Carvalho, em visita institucional, nos dias 22 e 23 de fevereiro.

No objetivo “Viabilizar projetos de racionalização das atividades do 1º


grau”, o projeto “Derruba Paredes” tem como objetivo aproveitar as possibilidades do PJe para integrar as Unidades de 1ª Instância, a fim de permitir a uniformização de procedimentos e a utilização da força de trabalho independentemente da unidade em que o servidor esteja lotado, atendendo o jurisdicionado da localidade de maneira mais uniforme. Para tanto, os processos devem ser organizados a partir da fase processual e das células atribuídas presentes em cada uma delas, consoante modelagem de gestão de processos de trabalho desenvolvida pela Corregedoria com esse fim.

Uma das metas da Corregedoria no atual plano é a redução da taxa ►

de congestionamento no conhecimento e do prazo médio até a prolação da sentença, um dos piores dentre os grandes Tribunais. Nos últimos anos diversas práticas e ideias oriundas de várias fontes foram implementadas e estimuladas visando obter um fluxo mais eficiente e mais racional para os procedimentos necessários para a realização de perícia, como a prática de depósito dos honorários prévios na conta do perito, intimação por e-mail às partes pelo próprio perito para apresentação de quesitos e impugnação ao laudo, agendamento da perícia em audiência, entre outras.

Os resultados alcançados a partir da divulgação das práticas são pro-

missores, mas ainda é necessário desenhar um fluxo comum que permita uma tramitação mais célere do processo e que possa ser adotado por todas as Unidades.

Outro ponto nevrálgico da fase de conhecimento na 15ª Região é a pauta de audiência, cujo procedimento de agendamento está em estudo para posterior otimização. Para tal fim serão consideradas a média de processos distribuídos por Unidade, a força de trabalho disponível, o tipo e a dificuldade provável de cada audiência, visando diminuir o prazo médio de agendamento, em respeito à qualidade de vida de magistrados e servidores e ao princípio da celeridade processual. 

Tema: Eficiência Operacional

No que concerne a “Desenvolver novas ferramentas para o 1º Grau”, fazem parte deste objetivo estratégico propiciar meios para a diminuição de repetição de tarefas por intermédio da uniformização de macros – projeto Otimiza 15; controlar os resultados relacionados aos mandados; e criar mecanismos para a leitura e reorganização de cenários de audiências e sentenças.

O primeiro dos projetos, o Otimiza 15, voltado à redução da repetição de tarefas por meio do uso de macros, se encontra disponibilizado sob o nome “Ferramentas TRT-15”. A versão 1.5 pode ser encontrada no Gerenciador de desktop para uso por toda a 1ª Instância. Já as próximas versões estão em fase de planejamento e desenvolvimento, e agregarão às funcionalidades já existentes ferramentas para uso junto ao sistema EXE15, que possibilitarão a captura e inserção automatizada de dados no cadastro de devedores do Núcleo de Execução, além de melhorias nas funções de senhas e auto escrita do nome de usuário.

O controle de resultados relacionados aos mandados será implementado por meio de um sistema de mapeamento e acompanhamento das diligências de oficiais de justiça. Este projeto está em etapa inicial de desenvolvimento – fase de definição

de detalhes técnicos e regras de negócio –, no âmbito da Secretaria da Corregedoria, com apoio de servidor com especialidade em Tecnologia da Informação.

Também está em fase de concepção projeto destinado à leitura e reorganização de cenários de audiências e sentenças, haja vista o hiato identificado entre a propositura das ações trabalhistas e a data agendada para realização da primeira audiência. Serão considerados nesse desenvolvimento as boas práticas relacionadas à racionalização do agendamento de audiências.

Quanto ao objetivo “Aprimorar projetos em andamento”, foram incluídas em 2017 mais 21 Varas do Trabalho no projeto Apoia 15. No que se refere ao estímulo à adoção do sistema EXE15, se pretende a continuidade das ações de orientação, mormente quanto à disponibilização de materiais eletrônicos de teor informativo – cartilhas e vídeos –, ultimando a posterior fiscalização do uso da ferramenta, em prol da eliminação de tarefas repetitivas e otimização das execuções por meio da centralização de informações acerca dos devedores trabalhistas da 15ª Região. Em complemento a esse estímulo, faz parte dos objetivos desta Corregedoria a implementação e uniformização de macros destinadas à automação de tarefas mecânicas, ►

de modo que haverá módulo específico destinado à otimização dos procedimentos repetitivos envolvidos na operacionalização do EXE15.

Ademais, a inclusão do EXE15 no PJe vem sendo encampada por este Regional em parceria com a 3ª e 5ª Regiões, que vêm promovendo tratativas para a colaboração no desenvolvimento do sistema, para que este seja capaz de atender a necessidade de toda a Justiça do Trabalho. A colaboração facilita e agiliza também os fluxos administrativos desta etapa do projeto, atinentes à burocracia administrativa necessária à implementação do sistema em nível nacional, além de propiciar uma somatória de forças e conhecimentos para o desenvolvimento técnico do software.

Paralelamente às tratativas de

âmbito nacional, a Corregedoria em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) deste Tribunal vem envidando esforços para racionalizar os procedimentos de cadastramento e consulta ao sistema EXE15, além de apreciar e acolher sugestões vindas da 1ª Instância para a elaboração das atualizações a serem implementadas.

Fruto do sistema Projeto Sistema de Informações Correicionais e Apoio à Gestão – e-SInCor, o Mapeamento Global de Desempenho (MGD) sofrerá atualizações para retratar de modo mais verossímil e fidedigno a realidade das Varas. Dentre os aprimoramentos previstos para esta ferramenta estatística de leitura de cenários, haverá a inclusão de um índice ►

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador	Memória de cálculo	2017	2018	2019	2020	2021
Desenvolver novas ferramentas auxiliares no 1º Grau	Oferecer uma ferramenta nova, por ano, para auxiliar o 1º grau	Número de ferramentas oferecidas por ano, ao 1º grau	Somatória simples das ferramentas oferecidas ao 1º grau, no ano	1	1	1	1	1
Aprimorar projetos em andamento	Realizar pelo menos dez ações de melhorias em projetos já em andamento, por ano.	Número de ações de melhorias em projetos já em andamento por ano nos projetos APOIA15, EXE15, MGD e MIGRA.	Somatória simples das ações de melhoria em projetos já existentes no ano.	10	10	10	10	10

atinente à Força de Trabalho de Magistrados (por Unidade) e de indicadores de Metas Nacionais.

Para estimular a adoção do PJe como sistema único do 1º Grau, se pretende a migração da totalidade dos processos físicos para o meio eletrônico, conforme haja viabilidade técnica e disponibilidade de força de trabalho para tanto. Com 100% das unidades já autorizadas a procederem à migração, a Corregedoria fará o acompanhamento até a conclusão do procedimento. Desse modo, se pretende preparar a 15ª Região para a racionalização de procedimentos e da força de trabalho, que passarão a ser melhor empregados com a lógica digital de tramitação. Destaca-se, portanto, as ações do projeto Trabalho Solidário e do apoio a distância (e-Apoio) como expoentes desta junção entre processamento digital e uniformização de procedimentos, com reflexo direto para a celeridade na tramitação processual com efetividade. ◆

FLUXOS

Visando universalizar procedimentos de trabalho otimizados, se inicia a padronização do *iter* processual

A Corregedoria disponibilizou na Extranet, em meados de Maio/2017, um novo canal de comunicação com a Primeira Instância com o objetivo de revisar seus normativos e atrair a colaboração dos interessados nessa tarefa. Trata-se da uniformização dos fluxos processuais, com uso da ferramenta de modelagem de processos “Bizagi” e da plataforma colaborativa de construção do conhecimento “X Wiki”. Além de concentrar todos os normativos da Corregedoria, o projeto nominado “Wiki Corregedoria” oferece os meios técnicos necessários a uma efetiva colaboração no que se refere ao objetivo maior envolvido, qual seja, a padronização e uniformização do *iter* procedimental na 15ª Região.

O primeiro passo nesse sentido é a divulgação do fluxo desenhado para a Fase de Conhecimento, a partir do qual serão centralizadas as propostas do 1º Grau, visando a integração e a colaboração da Instituição para consolidar essa ferramenta. Assim, se pretende universalizar o me-

lhor caminho a ser percorrido pelo processo, trazendo celeridade e efetividade à tramitação processual, abarcando o maior número de entendimentos possíveis, a critério dos Juízes da 15ª Região.

O fluxo do conhecimento

A ideia deste novo canal de comunicação pode ser mais facilmente entendida como a busca, junto à 1ª Instância, de ideias capazes de constituírem boas práticas. Para tanto, essa parceria é necessária para a elaboração de um fluxo do Conhecimento, Liquidação e Execução. O fluxo do Conhecimento já está bem adiantado, tendo sido submetido à apreciação de todos por meio da divulgação de 4 vídeos da série “Dicas da Corregedoria”. O fluxo também está disponível na Extranet dentro da página “Orientações da Corregedoria”.

Neste link está o fluxograma do *iter* procedimental, com seus fluxos e ►

subfluxos, em uma ferramenta que permite observar facilmente todas as possibilidades de caminho que o processo pode percorrer dentro da fase do Conhecimento. Ao clicar nas caixas do fluxo, representadas na imagem, se abrirá um link dentro da Wiki Corregedoria, explicando as regras de negócio, as regras técnicas do PJe, do e-Gestão, normativos relacionados e eventuais modelos que sejam recomendados pela Corregedoria.

Dentro do fluxo disponível no link, ao clicar na imagem das caixas, a referência com as informações se abre em uma nova janela, dentro da Wiki. É esta plataforma que dá origem às atualizações dos regramentos atuais da Corregedoria. Ou seja, a Wiki Corregedoria é a base para os magistrados e servidores implementarem as alterações que desejam sugerir para otimizar a Vara; as colaborações, portanto, podem ser feitas por meio desta plataforma, conforme melhor prática identificada no local de trabalho, no bojo das orientações de cada magistrado.

Para coordenar este trabalho, será constituído Comitê gestor que fiscalizará todas as alterações por meio de um grupo de e-mails.

A padronização e uniformização dos procedimentos, farão com que a 15ª Região possa avançar na racionalização de suas atividades com maior integração e harmonia, mormente quanto à atuação nos projetos e ações que se tornam possíveis com o PJe, através do trabalho a distância. Pretendemos, com a divulgação do fluxo do Conhecimento, o compartilhamento das estruturas físicas em benefício da instituição como um todo, unindo talentos para apoiar as Varas.



Como funciona a Wiki Corregedoria?

Wiki é uma linguagem que permite a construção do seu conteúdo de forma cooperativa, tendo como meta a centralização em uma única plataforma do acesso aos principais conteúdos relativos às normas da Corregedoria e aos procedimentos elaborados em conjunto com as Unidades de Primeira Instância, por meio deste meio de comunicação digital.

O objetivo principal é que, com a ajuda dos usuários que lidam com o sistema no dia a dia, possam ser encontradas soluções de forma conjunta e os procedimentos estejam sem- ▶

pre atualizados com as novas versões do PJe.

Para facilitar o acesso aos tópicos, que foram divididos de acordo com a fase em que o processo se encontra (conhecimento, liquidação e execução), serão disponibilizados fluxos de cada fase que poderão ser acessados por qualquer usuário até mesmo em um aparelho celular.

ser utilizado de forma uniforme por todas as Unidades de Primeira Instância. Caso uma alteração não possa ser mantida a página será revertida para a versão imediatamente anterior.

O funcionamento da Wiki advém da utilidade dos instrumentos de trabalho oferecidos. Tendo em vista que o fluxo contém diversas tarefas, o



Neste fluxo o link para cada tarefa estará disponível ao lado da atividade a ser desempenhada.

A participação de todos será bem-vinda e serão divulgados em breve vídeos explicando como o usuário poderá editar as páginas da Wiki.

A comissão formada para análise das edições feitas pelos usuários garantirá que a informação à disposição dos usuários esteja de acordo com os normativos vigentes e possa

usuário poderá selecionar aquela em que o processo se encontra e, assim, terá um suporte em sua atividade. Este suporte ocorre pelo direcionamento instantâneo à Wiki Corregedoria.

Ressalta-se que esta é uma ferramenta de conhecimento colaborativo, com isso, o usuário, se achar necessário, poderá fazer apontamentos e notas dentro do corpo do texto. Essa nota ficará disponível a todos os demais usuários. ◆

PADRONIZAÇÃO

Recente normatização de procedimentos e orientações integram estratégia da Corregedoria

A Corregedoria Regional editou em 2017 os primeiros normativos visando à regulamentação dos procedimentos afetos à Primeira Instância. Com o olhar voltado à uniformização das práticas, iniciativas como o desenvolvimento de plataforma do tipo Wiki e divulgação de vídeos com Dicas da Corregedoria visam tanto universalizar essas práticas quanto atrair a colaboração da 1ª Instância para a atualização dos regramentos.

Ademais, os normativos são divulgados via e-mail, disponibilizados no Portal Público do TRT-15 e ficam em uma seção específica da página “Orientações da Corregedoria”, na Extranet, com o especial fim de divulgar as atualizações periódicas. São, sobretudo, medidas que visam ao aprimoramento dos procedimentos afetos ao dia a dia das Varas do Trabalho, conforme será visto a seguir no detalhe.

Recomendação GP-CR nº 01/2017 – Meta 2 do CNJ


Recomenda a adoção de medidas para identificação, instrução e julgamento prioritário das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2015 objeto da Meta 2 do CNJ para o ano de 2017. Mesmo considerando que a 15ª Região cumpriu, ao longo dos últimos anos, a Meta 2 quanto ao julgamento dos processos mais antigos; se fez necessário tomar providências em relação aos muitos processos pendentes de julgamento até 2015. Assim, além das informações divulgadas para estimular ações efetivas à consecução do objetivo previsto, “incumbe à Corregedoria apontar o total de processos pendentes de solução objeto da Meta 2 do CNJ em cada Unidade de Primeiro Grau, por ocasião das correições ordinárias ou no acompanhamento de ações específicas, como o Projeto Apoia 15”.

Recomendação GP-CR nº 02/2017

Recomenda aos Juízes do Trabalho da 15a. Região que observem a restrição da Resolução CSJT n. 174 de 30-09-2016 no que se refere à homologação de acordos pré processuais em demandas de natureza individual.

Recomendação CR nº 01/2017 – Capacitação de Juízes e Diretores

Recomenda a adesão de Juízes de Primeiro Grau e Diretores de Secre-



taria a atividade de capacitação disponibilizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, considerando as informações contidas no Ofício Circular TST nº 011/2017, enviado pelo Exmo. Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista. Esta orientação vai ao encontro do objetivo estratégico de “Viabilizar incremento nas competências de Magistrados, Diretores e Servidores do 1º Grau”.

Recomendação CR nº 02/2017


Recomenda a utilização da fonte tipográfica arial, tamanho 3 (12pt), na elaboração das sentenças e demais decisões.

Recomendação CR nº 03/2017

Recomenda aos Juízes do Trabalho do 1º Grau não incluir a Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT.

Recomendação CR nº 04/2017 – Audiências na indisponibilidade do PJe

Recomenda procedimento para audiências na hipótese de indisponibilidade do sistema PJe-JT. A orientação visa a evitar possível prejuízo à reclamada em relação ao prazo concedido para anexar sua defesa, conforme preconiza o Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012 que regulamenta o procedimento a ser observado no processo eletrônico. Vai ao encontro do objetivo estratégico de “Viabilizar projetos de racionalização das atividades do 1º grau”.



Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2017 – Novidades do PJe

Altera o Provimento GP-VPJ-CR nº 5/2012, que regulamentou o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), módulo de 1º grau. Objeto do vídeo de Dicas da Corregedoria de número 11.

Provimento GP-CR nº 01/2017

Altera o provimento GP-CR Nº 04/2014 que regulamentou a alienação por iniciativa particular prevista no Art. 880 do CPC.

Provimento GP-CR nº 02/2017 – Desvinculação de processos

Revoga os parágrafos 2º e 3º do artigo 4º e o parágrafo único do artigo 6º e altera os artigos 5º e 6º do Capítulo AUD – Das Audiências, da Consolidação das Normas da Corregedoria. Versa sobre a vinculação do juiz ao julgamento do processo e os casos de julgamento dos processos desvinculados.

Portaria CR nº 04/2017 – Pauta de audiências

Dispõe sobre a adoção de procedimento para inclusão dos processos pendentes de instrução na pauta de audiências e dá outras providências. Em busca da uniformização dos procedimentos adotados pela 1ª Instância, assim também visando a uma maior celeridade nos agendamentos da pauta de audiência e a necessidade de padronização e saneamento dos dados para tornar possível a gestão das Varas do Trabalho e assegurar a transparência e verossimilhança das informações. Visa, precipuamente, determinar aos Juízes de 1º Grau a designação, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, da audiência em prosseguimento para instrução do feito, observando-se o tempo necessário para conclusão de todos os atos processuais atinentes àquela prova. Existindo processos mais antigos aguardando a inclusão em pauta, deve incluir com prioridade em relação aos processos mais novos, de forma que sejam instruídos e julgados antes dos distribuídos posteriormente. Determinou também a adequação paulatina da pauta e o envio de informações à Corregedoria em até 60 dias da publicação.



Portaria CR nº 05/2017 – Suspende os efeitos da Portaria anterior

Suspende os efeitos da Portaria CR nº 4, de 30 de março de 2017. Medida temporária em relação ao disposto sobre a adoção de procedimento para inclusão dos processos pendentes de instrução na pauta de audiências e deu outras providências.

Comunicado GP-CR nº 01/2017 – Distribuição extraordinária

Informa sobre as medidas que serão tomadas para cumprimento do disposto no Ato GP nº 18/2016 e Comunicado CR nº 10/2016. Dirigido às Unidades e Magistrados de 1º Grau, comunicou sobre as providências que seriam tomadas para a subsequente distribuição extraordinária de processos desvinculados, bem como as medidas adotadas para deliberação e possível adequação das normas da Corregedoria, prestando, também, informações sobre a movimentação de processos desvinculados durante janeiro de 2017.

Tornou pública a ação, em cumprimento do item 13 do Comunicado CR nº 10/2016, de recebimento por parte da Corregedoria de sugestões de todos os Juízes sobre a necessidade de revisão ou adequação das atuais regras de desvinculação e, principalmente, propostas para novas regras de revinculação desses processos. A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV, foi convidada e aceitou fazer a compilação das propostas apresentadas, para posterior análise e decisão conjunta da Presidência e da Corregedoria.

Comunicado GP-CR nº 02/2017

Informa o saldo de processos desvinculados de que trata o Ato GP 18/2016 e comunica providências decorrentes desta publicação.

Comunicado nº 02/2017-CR

Comunica procedimentos referentes às Correições Ordinárias no ano de 2017.

Comunicado nº 04/2017-CR

Comunica procedimentos referentes à tramitação de processos conexos no PJe. Vai ao encontro da uniformização de procedimentos no âmbito do Primeiro Grau, também visa à economia processual e otimização das tarefas.

Comunicado nº 05/2017-CR

Comunica aos Magistrados de 1º grau sobre os novos prazos para configuração de "atraso" e "atraso reiterado" na prolação de sentenças e decisões interlocutórias pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Comunicado nº 06/2017-CR

Esclarece o procedimento de cumulação de execuções fiscais.

Comunicado nº 07/2017-CR

Esclarece a responsabilidade da Unidade para instrução dos processos físicos migrados ao PJe e veda a atribuição da tarefa de digitalização de peças aos advogados, a qual deve ser efetivada pela Instituição.

Destacou-se a previsão da regulamentação do procedimento pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, e que a inserção dessas peças seria postergada para momento oportuno, quando necessária.

Comunicado nº 08/2017-CR

Disciplina os procedimentos a serem observados para cadastramento de Desembargadores, Juízes de 1º Grau e Servidores do Tribunal no sistema Sinesp Infoseg, considerando o teor da Portaria GP-CR nº 60/2014, que delegou para o Núcleo de Pesquisa Patrimonial da Corregedoria Regional a administração dos convênios destinados a conferir efetividade à execução trabalhista. ◆

EXECUÇÃO

Padronização nacional da fase executória permite otimizar procedimentos com tecnologia

Por meio da atuação conjunta dos Regionais da 3ª, 5ª e 15ª Regiões, está em desenvolvimento um fluxo de execução para o sistema do PJe, que conta com iniciativa do CSJT para esse modelo de trabalho em acordo de colaboração técnica. A premissa do projeto, cuja última reunião se deu na sala de reuniões da Corregedoria do TRT-15 na segunda metade de janeiro, é a uniformização em nível nacional gama de procedimentos envolvendo hasta pública, reunião de execuções e pesquisa patrimonial, entre outros, de modo que a etapa atual é de estudos e compatibilização ao sistema visando a minimizar o iter processual. O objetivo norteador da ação é a celeridade e a efetividade, por meio da comunhão das experiências mais exitosas de cada Regional.

O projeto atenderá tanto o jurisdicionado ao facilitar a execução a tornando mais rápida e pautada pela pesquisa avançada quanto a própria estrutura do Judiciário que poderá realizar os atos com maior provei-

tamento, automatização e o menor esforço possível. Além de ser uma parte pouco trabalhada no PJe até o momento, por não terem sido previstas todas as nuances da execução trabalhista.

Um pouco da história

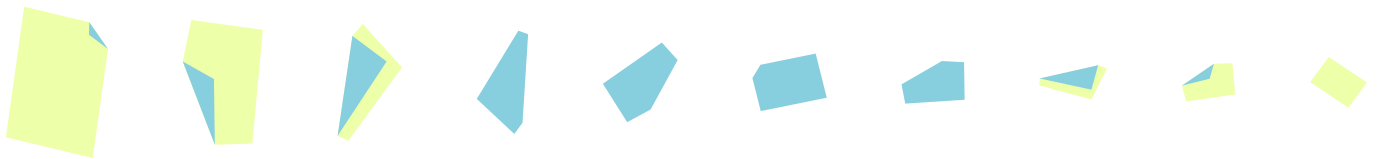
Desde a elaboração do plano 2010/2014 do Tribunal houve a priorização da fase de execução para a destinação dos esforços da Administração, parte do processo que é fundamental para a efetividade da prestação jurisdicional na seara trabalhista. A meta 17 visava à redução para 50%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014, havendo sido um dos maiores desafios da Corte. No âmbito nacional, foi consignada a Meta 3 do CNJ, “Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais” – dentro do conjunto de Metas Nacional do ►

Poder Judiciário para 2009/2012.

Em 2012 houve a elaboração e aprovação do Planejamento Estratégico da Corregedoria para o período 2013/2016, com a consignação de metas específicas para “Reduzir o tempo médio de execução dos processos”, visando “Acompanhar o desenvolvimento dos índices do tempo médio da fase de execução a partir da implementação do objetivo estratégico”, com o objetivo de atingir 10% de redução no tempo da execução. Também a meta de “Fiscalizar taxas de congestionamento e cumprimento das determinações”, para acom-

objetivo estratégico de “Fomentar a utilização célere das ferramentas eletrônicas pelos oficiais de justiça e do leilão eletrônico”, por meio da padronização da atividade dos oficiais de justiça, eliminando a fragmentação na utilização das ferramentas eletrônicas; divulgação da normatização regional sobre leilão eletrônico e normatização das atividades dos oficiais de justiça, além da fiscalização da utilização dos convênios.

Assim foi em 2013 que ações iniciadas nos anos anteriores desde os órgãos superiores do Judiciário culminaram em ações de maior relevo



panhar o cumprimento das determinações constantes das atas de correição ordinária e a evolução dos índices de congestionamento nas fases de conhecimento e de execução, por meio da autuação de Pedidos de Providências para as unidades que mostram variação negativa nos seus índices de congestionamento na fase de conhecimento e/ou execução ou, ainda, descumprimento das determinações constantes em ata de correição ordinária, no prazo de trinta dias após a realização visita correicional.

Ainda no bojo da Efetividade, o

para a execução trabalhista no âmbito da 15ª Região. Primeiramente, o Provimento GP nº 02 de 27 de fevereiro de 2013 criou os Núcleos de Gestão de Processos e de Execução. Durante a implementação dessas unidades ao longo do ano, foi editada a Recomendação GP-CR nº 04 de 25 de novembro de 2013, recomendando ações para movimentação dos processos de execução no período de 7 a 20 de janeiro de 2014. Visava sanear as inconsistências nos lançamentos das ocorrências no SAP1G, constatadas durante as correições ►

ordinárias. Também entrou em vigência a Portaria GP-CR nº 55/2013 de 25 de novembro de 2013, com alterações da Portaria GP-CR Nº 87/2015 de 28 de outubro de 2015, que regulamentou os procedimentos de cumulação de execução. Já naquele momento se buscava a necessária padronização de procedimentos neste Regional, ainda a fim de fazer valer o disposto no Capítulo DISP da Consolidação das Normas da Corregedoria – CNC.

Foi também em 2013 que se iniciou o projeto de migração das execuções dos processos físicos para o PJe, tempo em que se preparava a entrada em uma era mais marcada pela tecnologia para a Corregedoria. Em 2014 surge o Mapeamento Global de Desempenho e com essa ferramenta foi eleita como prioridade para as correições ordinárias e demais ações a otimização dos procedimentos executórios. Desse modo, passou a constar nas Atas de Correição os gráficos da Taxa de Congestionamento na Execução constantes do relatório do MGD.

Com o foco na execução e em virtude da Resolução CSJT.GP N.º 138, de 24 de junho de 2014, foi criado o Núcleo de Pesquisa Patrimonial da 15ª Região, procedimentos otimizados de execução e experiências exitosas neste sentido foram divulgadas pela 3ª Mostra de Boas Práticas, incluindo a participação da 3ª e 5ª Re-

giões, normatização e padronização da atividade dos oficiais de justiça e organização dos convênios de pesquisa, além da regulamentação do módulo Cadastro de Liquidação e Execução (CLE) para migração de processos físicos ao PJe. Assim, a Corregedoria se estabelecia, com as ações de padronização e reuniões junto à Primeira Instância, em caminho à Visão de Futuro naquele momento, “Ser considerada, até 2016, uma fonte acessível e segura de referência procedimental no âmbito da 15ª Região”. Com isso, as ações tomadas pela Administração nesse período, houve redução de cerca de 19% no congestionamento da execução (dados do Justiça em Números 2013/2015). Muito se deveu a um foco na comunicação junto às Varas do Trabalho e demais unidades judiciais e administrativas envolvidas, também em relação a órgãos externos e às determinações em Ata de Correição com posterior acompanhamento das Varas que necessitassem auxílio.

Posteriormente houve a reformulação das Coordenadorias de Gestão Compartilhada no âmbito de Primeiro Grau, nos anos seguintes, passando também pela criação dos Centros Integrados de Conciliação. Houve o desenvolvimento de materiais instrutivos sobre convênios de pesquisa, assim como a elaboração de um iter procedimental para o trabalho dos Oficiais de Justiça, com a ►

necessária padronização da pesquisa básica e avançada e revisão das atribuições afetas a cada uma das Unidades envolvidas nesse fluxo.

Houve ainda a busca por novos convênios e capacitação de servidores e Magistrados para uso dos mesmos. O fluxo do conhecimento é, no presente, a pauta de concentração dos esforços, no bojo da qual vem sendo desenvolvido o sistema EXE-15, que visa a centralizar as informações da fase executória, a fim de

os destinados à pesquisa avançada e instalação do Núcleo de Pesquisa Patrimonial neste Regional.

Assim, foram incluídos novos objetivos ou ampliados os já constantes do mapa estratégico da Corregedoria para 2013/2016, que vieram nesse mesmo sentido, e para abarcar as novas estruturas surgidas a partir de 2014.

Nada obstante todo o esforço realizado até então, houve a necessidade de um desenvolvimento con-

Sistema EXE15

Cadastramento de bens, credenciamento e sorteio de leiloeiros, gestão de Hastas Públicas Unificadas.



promover a economia processual e o reaproveitamento dos atos e diligências já realizados, assim também a cumulação de execuções em um processo piloto. Todo o trabalho foi realizado com inspiração de iniciativas bem-sucedidas no âmbito da 3ª e 5ª Regiões e que se tornaram de conhecimento geral na 15ª Região durante a 3ª Mostra de Boas Práticas, em 2014. Dessa parceria longeva, se adotou a Unificação das Hastas Públicas e houve reformulação do credenciamento e seleção de Corretores e Leiloeiros, com correspondente atualização de normativos, além da facilitação da aquisição de conhecimentos para a utilização de convêni-

junto e colaborativo para que se pudesse atingir a otimização do fluxo processual da fase executória e assim também um grau de desenvolvimento e ampliação do Sistema EXE-15 que proporcionasse uma maior agilidade e efetividade quanto ao uso desta ferramenta e assim também permitisse sua integração ao sistema do PJe. Nesse sentido a 3ª 5ª e 15ª Regiões se reuniram para mais essa tarefa, que agora passa a ter um cronograma único e compartilhado para o desenvolvimento das tarefas.

Agora, na estratégia da Corregedoria para 2017/2021 visando concretizar a missão de "Aprimorar a atuação da 1ª Instância, mediante ►

Fiscalização, Orientação e Parceria” para atingir a visão de futuro – “Reduzir o congestionamento nas Unidades de 1º Grau” –, foi fixada a Meta 3, qual seja “Reduzir em 5% a taxa de congestionamento na execução das unidades de 1ª instância”. Além da consignação de objetivos estratégicos que, no quadro completo, favorecem essa meta, existe um específico dentro do tema Eficiência Operacional, para “Aprimorar projetos em andamento”, onde se prevê o estímulo à adoção integral do sistema de auxílio à execução (EXE-15), além de envidar esforços pela inclusão do EXE15 no PJe e aprimorá-lo nesse ínterim e após efetivada a inclusão.

Sobre a reunião havida na 15ª Região em janeiro para discussão de um fluxo comum para a fase executória, entre outros assuntos, foi divulgada matéria jornalística no portal público do TRT-15 na internet:

Teve início na manhã desta quarta-feira, 18/1, a Reunião do Projeto de Elaboração do Banco de Dados da Execução no PJe, promovida pela Corregedoria Regional do TRT-15, e que envolveu também representantes dos Tribunais Regionais do Trabalho de Minas Gerais (TRT-3) e da Bahia (TRT-5). O evento se estende até sexta-feira, 20/1, e tem, como principal objetivo, segundo o corregedor da 15ª, desembargador Samuel Hugo Lima, "aprimorar e oti-

mizar o fluxo de execução, implantado no TRT-15 na gestão do corregedor Luiz Antonio Lazarim". O corregedor Samuel falou ainda da importância do encontro no sentido de se procurar "remédio" para sanar a "patologia que se tornou a execução na Justiça do Trabalho". Segundo o desembargador, a falta de efetividade da execução, com a cultura do "ganha mas não leva", compromete os diretamente interessados, além do próprio Poder Judiciário.

Prestigiaram o encontro os desembargadores Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial, Susana Graciela Santiso, vice-corregedora, e Claudinei Zapata Marques. Ainda estavam presentes os juízes auxiliares da Presidência, Levi Rosa Tomé e Alessandro Tristão, e da Corregedoria, Maria da Graça Bonança Barbosa e Lúcia Zimmermann, e o secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato. Do TRT-3, estavam presentes o juiz da Vara do Trabalho de Itabira, Cristiano Muzzi, os servidores Renê Torres, da Corregedoria, e Denise Grego, Christiane Kunzi e Fabiana Consani, da Secretaria de Apoio Judiciário. Do TRT-5, participaram o juiz auxiliar da Presidência, Firmo Ferreira Leal Neto, e os servidores Leonardo Barreto, diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas, e Maria Madalena Oliveira de Brito Cunha, diretora da Secretaria de Organização e Métodos. (TRI- ▶



BUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. Notícias. Corregedoria recebe representantes dos TRTs de Minas Gerais e da Bahia para estudos sobre fluxo de execução. Disponível em <http://portal.trt15.jus.br/mais-noticias/-/asset_publisher/VIG0/content/corregedoria-recebe-representantes-dos-trts-de-minas-gerais-e-da-bahia-para-estudos-sobre-fluxo-de-execucao> Acesso em: 18 jan. 2017).

Durante essa reunião, realizada no terceiro andar do edifício-sede, na quarta-feira, no primeiro dia e na sala de reuniões da Corregedoria, foram apresentadas ferramentas desenvolvidas pelo TRT-5 e um aplicativo de celular, além do validador dos processos aptos à migração dos processos em papel para a versão eletrônica via Cadastro de Liquidação e Execução (CLE).

As atividades foram realizadas no edifício-sede, 3º andar, no primeiro dia e na sala de reuniões da Corregedoria,

16º andar, nos demais. Após a abertura, houve a apresentação de Ferramentas desenvolvidas pelo TRT5: Validador dos processos aptos à migração via CLE, "Mobile", alvará eletrônico. Na parte da tarde, o debate sobre os fluxos de hasta pública e pesquisa patrimonial avançada.

No segundo dia, se prosseguiu à análise do fluxo de execução e durante a tarde houve o fechamento do fluxo de execução e apresentação das inovações do PJe e novidades da execução em futuras versões. Já no terceiro dia ocorreu a análise do EXE15 em face do novo fluxo de execução definido e antes do encerramento, a definição das próximas providências. Ao final, a Desembargadora Vice-Corregedora do TRT da 15ª Região, Dra. Susana Graciela Santiso falou os presentes, encerrando o encontro profícuo entre os Regionais.

Os temas abordados ressaltaram sobretudo dos assuntos "fluxo de execução", com foco em fluxos de ►



hasta pública, pesquisa patrimonial avançada, inovações do PJe e novidades da execução em futuras versões. No último dia as atividades se deram em torno do EXE15, em face do novo fluxo de execução definido.

Entrevista após a reunião

Em seguida ao encerramento do encontro, as lideranças envolvidas falaram um pouco sobre o projeto para a Revista Eletrônica da Corregedoria:

Revista da Corregedoria TRT-15: Como foi a reunião? O que poderá ser aproveitado para o fluxo da fase executória?

Dr. Cristiano Muzzi – Juiz titular da VT de Itabira (TRT-3): Foi elaborado, até agora, um esboço do fluxo

de execução, buscando atender à previsão de um procedimento para hasta pública, reunião de execuções e pesquisa patrimonial, para inserir todo esse fluxo no PJe.

Dra. Lúcia Zimmermann – Juíza auxiliar da Corregedoria do TRT-15: A gente estudará esse fluxo da execução de modo a compatibilizá-lo ao sistema do PJe, minimizando o iter processual; enxugando o máximo possível para ter um acesso mais rápido do jurisdicionado e mais efetivo também. Então o que a gente busca é celeridade – com esse enxugamento do caminho processual – e efetividade, com a utilização da investigação patrimonial, etc.

Dr. Firmo Ferreira Leal Neto – Juiz auxiliar da Presidência do TRT-5: O que a gente pretende, na verdade, é pegar as experiências mais exitosas de cada Regional e transformar ►

isso em uma ferramenta única. Nesse sentido, essas reuniões têm sido muito proveitosas, porque nós estamos traçando um caminho único que nós entendemos que talvez seja o ideal para atender a finalidade geral: um trâmite mais rápido na fase de execução.

Dr. Gilber Santos Lima - Juiz auxiliar da Corregedoria do TRT-5: Os três Tribunais aqui reunidos têm uma experiência de Central de Execução, o que se torna um ponto em comum. E tem algumas diferenças que fazem com que surjam melhores ideias, mais criativas. Com isso vamos conseguir fazer um fluxo bem mais abrangente, bem mais eficiente no futuro.

Dra. Lúcia: Eu acho também que o momento foi bastante proveitoso porque a gente consegue estudar o fluxograma da execução – o que já vem sendo feito – e já fazer uma leitura futura, de acordo logicamente com cada fase que o Regional está vivendo. E a gente já está estudando a execução de acordo com as novas versões, eu acho que isso é interessante. Porque nós estamos caminhando junto com a atualização do PJe. Quer dizer, é um fluxograma que não está sendo feito de forma engessada.

Dr. Firmo: Em relação à Central de Execução, basicamente é essa troca de experiências que eu acho que é o mais valioso. E depois a

união de forças para de fato construir a ferramenta. É uma ferramenta e um procedimento que conta com o aval do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que vai ser supervisionado por eles, mas será executado por esses três Regionais.

Dra. Lúcia: Importante lembrar que não é um trabalho novo, que está começando neste momento; é um trabalho que já vem sendo desenvolvido, em outras gestões. Quer dizer, é um grupo que começou a trabalhar há algum tempo. E essa parceria dos Tribunais é muito importante. Eu acho que, na verdade, é um embrião da nacionalização que o PJe nos incita a levar a termo.

Dr. Gilmer: Uma vantagem é que o Conselho – ou cada Tribunal sozinho – não tem recursos humanos, principalmente programadores suficientes para desenvolver um projeto desses. Ou teriam mais dificuldades, ou um tempo maior seria consumido nisso. Então, com os esforços, um pouquinho de cada – a união faz a força –, a gente consegue abarcar um projeto maior e, quem sabe, fazer com mais celeridade do que se faria normalmente.

Dra. Lúcia: Eu acho que é importante ressaltar que esse grupo conta com a parceria de magistrados e servidores extremamente comprometidos, engajados, numa entrega jurisdicional célere e efetiva. Acho que é muito importante destacar o traba- ▶



lho desses servidores. Que realmente, eles vêm desempenhando atividades bastante relevantes para a Justiça do Trabalho como um todo.

Dr. Gilmer: E não só célere, para não ficar parecendo que a gente está pensando só na clientela externa; mas na clientela interna também. Quer dizer, uma otimização desse trabalho, que se faça o mesmo trabalho – de servidores e Juízes – com menos esforço possível, de forma que o sistema fique mais automatizado. Para demandar menos esforço dos servidores, menos esforço do Juiz.

Revista da Corregedoria TRT-15: O que se pode esperar dessa aproximação entre os TRT da 3ª, 5ª e 15ª

Região? E o reflexo nacional deste projeto desenvolvido colaborativamente?

Maria Madalena Oliveira de Brito Cunha – Diretora de Secretaria de Organização e Métodos TRT-3:

Nesses três dias nós estamos aqui trabalhando com um foco maior no desenvolvimento do estudo do fluxo de execução para o PJe. Ele é hoje imprescindível para uma melhoria do próprio PJe. Porque a única coisa que nós não temos no PJe ainda, que está dentro do fluxo geral, são todas as transições para a execução, hasta pública, leilão. É um pedacinho que está faltando e que a gente tem realmente uma necessidade maior. E nesses três dias nós estudamos o fluxo desde o início da execução até chegar à hasta, os módulos de hasta ►

e de leilão.

A iniciativa do CSJT em criar esse modo de trabalho com um acordo de colaboração técnica, permitindo aos Regionais que também possam colaborar, facilita o trabalho e acresce muito à possibilidade de o trabalho ser mais rápido e voltado para atender às necessidades dos Regionais como um todo. Porque a visão é de área-fim, é de Vara, das pessoas que já trabalham com esse fluxo. Além do que, desobriga, ou pelo menos diminui a demanda no próprio CSJT, que não tem um pessoal disponível, ou uma quantidade de pessoas disponíveis para tratar de um fluxo enorme como é o de execução.

Então o fato de ter descentralizado facilitou e vai viabilizar uma finalização desse fluxo e uma melhoria mais avançada do PJe, em menos tempo.

Christiane Kunzi – Secretária de Apoio Judiciário TRT-3: Eu acho que a reunião foi muito boa, porque a gente conseguiu avançar bastante, principalmente no fluxo principal da execução. A gente ainda tem que trabalhar alguns sub fluxos, que é o de hasta pública, de pesquisa patrimonial avançada e um outro fluxo de aproveitamento de créditos. Mas o fluxo principal já está basicamente concluído.

Hoje à tarde a gente ainda vai ter um trabalho em relação ao fluxo de hasta pública, porque existem algu-

mas diferenças entre os Regionais, na forma como eles trabalham. Então a gente está chegando em um consenso para que haja um único fluxo. E ainda falta trabalhar o sub fluxo da pesquisa patrimonial avançada. Mas eu acho que o resultado da reunião foi muito satisfatório. Eu acho que a gente está conseguindo chegar em consenso e ter um consenso em relação a alguns pontos principais. E agente também já saiu com os próximos passos de modo bem claro. Inclusive em relação ao trabalho que a gente tem que desenvolver em relação ao CSJT, de apresentar o que a gente já evoluiu. E ai continuar evoluindo nesse trabalho.

Os problemas enfrentados pelos Tribunais em relação à execução trabalhista são basicamente os mesmos. Todas as Varas sentem as mesmas dificuldades. Eu acho que vocês aqui no TRT-15 já avançaram bastante com a construção da EXE-15, para pelo menos tentar racionalizar a quantidade de procedimentos que são realizados nas Varas. Coisa que, por exemplo, lá no TRT-3 a gente pouco avançou. Então, o que eu acho bacana dessa reunião é que não fica cada Tribunal tentando achar soluções para resolver o problema. Na verdade, a ideia é a gente trabalhar juntos uma solução que não sirva unicamente para cada um dos Tribunais; mas, na verdade, para a Justiça trabalhista como um todo. ◆

ASSESSORAMENTO

O projeto Apoia 15 inicia o ano com ações de alinhamento e se prepara para incluir novos participantes

Nos dias 23 e 24 de março deste ano, conforme Planejamento Estratégico aprovado pelo Órgão Especial, a Corregedoria realizou, no auditório da Escola Judicial, a 1ª Reunião do Projeto APOIA 15 voltada a participar os interessados sobre as ações e dinâmicas envolvidas. Contou com a participação do Corregedor Regional, desembargador Samuel Hugo Lima, e foi aberto pela juíza auxiliar da Corregedoria, Maria da Graça Bonança Barbosa, com participação de 34 Juízes e 60 Servidores dos trios gerenciais (diretor e assistentes) das 26 Varas participantes, além de representantes dos setores administrativos da Corte que integram a Equipe Multidisciplinar.

Por meio de palestras e oficinas práticas desenvolvidas ao longo de dois dias, foram elaborados os principais temas de relevo para o projeto, incidindo nos maiores gargalos da atividade de 1ª instância, com foco nos problemas enfatizados pelos presentes. O evento vai ao encontro da necessidade de racionalização e

constante atualização e profissionalização dos serviços prestados, visando à Qualidade do Trabalho e de Vida no Trabalho (QVT), além dos princípios norteadores, a Celeridade e Efetividade na prestação jurisdicional.

Na sequência do evento, no mês de Maio, houve nova Reunião de multiplicadores, em complemento a essa primeira etapa do ciclo 2017/2021, para desenvolver competências por meio da elaboração – junto aos participantes – de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes capazes de serem propalados por toda a 15ª Região, no bojo do Projeto APOIA 15, sob coordenação da Corregedoria Regional.

Com a universalização dos procedimentos de trabalho otimizados, elaborados sempre em colaboração com a 1ª instância, se tornará possível o compartilhamento das estruturas físicas e demais recursos do Tribunal em prol da Instituição como um todo, visando ao apoio mútuo entre as Varas e a uma efetiva gestão ►



de competência e do conhecimento acumulado pela instituição. Essa etapa é fundamental para a otimização não só dos procedimentos de trabalho, mas do capital intelectual da instituição.

Após as etapas iniciais, que serão relatadas em detalhe abaixo, houve a inclusão de 21 Unidades no assessoramento à Primeira Instância, 15 delas por configurarem situação necessária de acordo com os índices do Mapeamento Global de Desempenho e 6 a convite da Corregedoria, pelo cenário favorável ao desenvolvimento do projeto. São estas a 6ª e 10ª Varas do Trabalho de Campinas, 3ª e 4ª de São José dos Campos, 4ª de Jundiaí e a Vara do Trabalho de Indaiatuba. Todas as 21 participaram das reuniões de alinhamento e já se encontram sob o acompanhamento da equipe do Apoia 15, enquanto os trabalhos de preparação, identificação do passivo, Processômetro e demais

alinhamentos são realizados.

1ª Reunião do Projeto Apoia 15

Sobre os objetivos da reunião, na abertura e no encerramento do evento houve informações relevantes para a contextualização do trabalho realizado até o momento, conforme divulgado no portal público do TRT-15 na internet:

A juíza Maria da Graça elogiou a expressiva adesão das VTs nesta edição do projeto e destacou a importância do debate constante com os integrantes das unidades na "construção diária" das soluções dos problemas comuns.

Após a exibição de um vídeo institucional sobre o Apoia 15, com os avanços já alcançados, a magistrada apresentou os principais pilares do projeto [...]. Para 2017, o projeto de- ▶

verá ser ampliado, e, além de seu papel de fiscalização e orientação, vai priorizar também as "parcerias", na tentativa de "entender e ajudar a superar as dificuldades das VTs".

Dentre os principais problemas detectados pelo Apoia 15 nas unidades de primeiro grau estão os relacionados com a gestão de pessoas, saúde, meio ambiente, liderança e gestão e planejamento. Já dentre os desafios da Corregedoria para solucionar esses problemas estão o compartilhamento da gestão, a integração do juiz no processo e eliminação da recorrente sensação de se "enxugar o gelo".

[...] Em conclusão, a magistrada destacou a necessidade de um plano de ação "exequível" para as unidades, capaz de alinhar a gestão de procedimentos, com o envolvimento de juízes, diretores e servidores, com apoio institucional.

[...]

No encerramento do primeiro dia do evento, o Corregedor Regional, Desembargador Samuel Hugo Lima, reafirmou que o papel da Corregedoria da 15ª não se limita a fiscalizar, tendo como foco, sobretudo, a orientação aos juízes e servidores, para a solução dos problemas detectados. "Não adianta apontar os problemas. A Corregedoria tem de ser parceira das varas do trabalho. Nosso papel é encorajar vocês. Eu não vejo outra saída", afirmou. (TRI-

BUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. Notícias. Corregedoria realiza mais uma edição do Projeto Apoia 15. Disponível em <http://portal.trt15.jus.br/mais-noticias/-/asset_publisher/VIG0/content/corregedoria-realiza-mais-uma-edicao-do-projeto-apoia-15> Acesso em: 24 mar. 2017).

Ao longo do primeiro dia, na quinta-feira, houve o credenciamento e apresentação do vídeo de contextualização do Projeto, quando a juíza auxiliar da Corregedoria, Maria da Graça Bonança Barbosa, falou aos presentes. Em seguida, a palestra "Gestão de processos descomplicada para o dia a dia nas organizações" do servidor da 2ª VT de Araçatuba Rodrigo César Barros da Rosa – graduado em Administração e especializado em estratégias organizacionais, gestão pública e desenvolvimento de pessoas e líderes.

Após o *coffee break*, a Corregedoria falou sobre planos de ação, abordando a identificação do volume de processos no acervo diário e passivo, explanação das ferramentas Processômetro, 5W2H, ciclo PDCA; os relatórios de acompanhamento do Plano de Ação e atualização do Processômetro, o mapeamento do fluxo processual, a modelagem de gestão de processos, divisão das rotinas e das equipes por fases e células, os Fatores críticos de sucesso (FCS) e a fer-

ramenta G.U.T. (SAP1G).

Após o almoço, representantes da Equipe Multidisciplinar – Secretaria de Saúde, Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Judicial – apresen-



taram o trabalho realizado até o momento e perspectivas de atuação. Na sequência, os convidados tiveram esclarecidas algumas dúvidas sobre a ferramenta Mapeamento Global de Desempenho (MGD) até a instauração de uma mesa redonda com Juízes e Diretores sobre “Os desafios do Plano de Ação”.

Durante a mesa redonda, foram abordados temas como a necessidade de todos os servidores se tornarem ativos na tramitação de processos – atividade-fim do Poder Judiciário; como fazer em relação às atividades acessórias ou de retaguarda

(balcão, correio, etc); a forma de organização da Secretaria (volumes encerrados e petições nos locais onde existem processos físicos); utilização da modelagem e GUT – Distribuição dos servidores pelas fases e células (quantidades) – ganhos e desafios e como lidar com os processos “urgentes”. Assim também foi analisado o papel do diretor na gestão e planejamento em contraposição à confecção de minutas de despachos e tramitação de processos (como lidar com essas atribuições); ainda, os equívocos recorrentes, por exemplo a ideia de “não despachar mais” ou cumprir o corte “cegamente” sem priorizar questões urgentes e não explicar o plano – e por isso não conseguir adesão ao projeto; cumprimento do plano de ação – processos “do dia” x passivo – desafios e métodos; a questão recorrente, “o plano é da Vara ou da Corregedoria?”; e missões das células e fases – os desafios na capacitação dos servidores para cumprimento da missão institucional. Por fim, foi abordado o relacionamento com os advogados e com a OAB; o atendimento no balcão; as dificuldades em alterar a rotina de trabalho; o alinhamento entre os Juízes que atuam na Vara; e as informações solicitadas pela Ouvidoria.

Ao final, o Corregedor Regional, desembargador Samuel Hugo Lima, efetuou o encerramento das atividades do dia, passando sua mensagem ►

de modo geral a todos, para aqueles que aderirem ao projeto ou não.

Durante o segundo dia, foi realizado *workshop* para a prática dos conteúdos elaborados na primeira etapa. Tarefas foram exercitadas no sistema do e-Gestão; para operacionalização da Meta 2 do CNJ; para o saneamento de inconsistências em incidentes processuais e demais inconsistências (SAP1G e PJe), a geração de tabela dinâmica (SAP1G), utilização do relatório de processos sem tramitação (SAP1G e PJe), padronização das subcaixas no PJe e as diretrizes de gestão.

Reunião de preparação dos novos multiplicadores

Nos dias 3 e 4 de maio, no auditório da sede administrativa, houve reunião de trabalho voltada ao alinhamento junto a dez diretores de secretaria que concluíram sua participação no projeto ou cujo alinhamento às orientações da Corregedoria fora reconhecido. O fito é o de atuarem como “multiplicadores” dos conhecimentos e tecnologias utilizados e acumulados dentro do Apoia15. Sob coordenação da juíza auxiliar da Corregedoria, Maria da Graça Bonança Barbosa, o evento contou ainda com a participação de 12 servidores da Corregedoria, Escola Judicial, Gestão de Pessoas e Se-

cretaria de Saúde.

Com o principal objetivo de realizar um balanço das ações, os participantes foram divididos em 3 grupos para, no primeiro dia, discutirem os tópicos apresentados. Concluído o tempo reservado para isso, foram as conclusões apresentadas em plenária para os demais.

Foram discutidos os seguintes tópicos:

1. Processos de Trabalho – Objetivos alcançados; Dificuldades e as experiências adquiridas durante a execução do Plano; Como foi o relacionamento com a OAB, as partes e a Ouvidoria durante o cumprimento do plano. Alteração de cenário? Forma de tratamento das inconsistências; Atendimento no balcão – tratamento para os “urgentes”.

2. Recursos Humanos – Divulgação de objetivos; Aceitação pela Equipe; Desenvolvimento profissional; Motivação; Estresse dos servidores; Como lidar com a frustração.

3. Ambiente de Trabalho – Organização da Secretaria; Houve melhoria no ambiente de trabalho? Foi feita padronização / parametrização de acordo com a modelagem? Como o plano de ação foi divulgado para os servidores? Aceitação/Resistência.

4. Acompanhamento da Corregedoria – Os relatórios mensais enviados pela Corregedoria auxiliam na execução do Plano de Ação; Quais as informações que são mais úteis? Fal-

tam informações? Quais? O Processo foi divulgado? As informações contidas são suficientes? Quais informações poderiam ser acrescentadas?

5. Atuação após a execução do Plano de Ação – Há obstáculos para manter o resultado alcançado? Como a unidade está trabalhando com os processos do dia; Como estão aferindo os resultados? Como a equipe tem reagido? Não alteração da situação da Vara no MGD: repercussão entre os servidores. Com a experiência acumulada qual a contribuição que pode ser dada para as novas Varas integrantes do APOIA?

Síntese das atividades foi publicada no portal público do TRT-15 na internet:

De acordo com a juíza Maria da Graça, pelo menos dois pontos do encontro devem ser destacados. O primeiro é o balanço feito com "o olhar dos diretores que tiveram uma experiência positiva com o plano de ação e que podem contribuir na identificação dos desafios que os demais diretores de secretaria têm para alcançar e manter seus resultados". O segundo ponto, segundo a magistrada, é transformar esses diretores que participam do encontro em novos "multiplicadores", capazes de apoiarem aos outros 21 diretores que, em 2017, contarão com o plano de ação do Apoia 15. (TRIBUNAL RE-

GIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. Notícias. Apoia 15 faz balanço de plano de ação e prepara novos multiplicadores. Disponível em <http://portal.trt15.jus.br/mais-noticias/-/asset_publisher/VIG0/content/apoia-15-faz-balanco-de-plano-de-acao-e-prepara-novos-multiplicadores> Acesso em: 4 mai. 2017).

Os resultados do projeto até agora

O Apoia15 é um projeto da Corregedoria criado no ano de 2015 e que tem como objetivo orientar e auxiliar as Varas do Trabalho que já participam das ações do Grupo Multidisciplinar, este regulado pela Portaria CR nº 17/2014. Este é um dos projetos pelo qual a Corregedoria exerce sua missão institucional de "Aprimorar a atuação da 1ª Instância, mediante fiscalização, orientação e parceria". Parceria que visa ao aprimoramento da atuação da 1ª instância e à melhoria da gestão, com a revisão dos métodos de trabalho.

O grupo "APOIA" designa um conjunto de ações, sendo acrônimo de "Alinhamento, Participação, Organização, Integração e Ajuste para gestão".

São selecionadas para serem assessoradas as Varas previamente identificadas como de alto congestionamento processual, apontados pelo MGD. Após identificadas, ao Juiz Titu- ►

lar é feito o convite para aderir ao Projeto.

Inicia-se mediante a reunião do Juiz e trio gerencial com a Equipe Multidisciplinar, para um primeiro

os prazos em consenso com a Vara, é elaborado o Processômetro, visando dar publicidade dos resultados e etapas do trabalho, sendo afixado no mural destinado ao público nas di-



contato. Esta reunião envolve as equipes de saúde, psicologia, assistência social, Presidência, Corregedoria, Gestão Estratégica e Gestão de Pessoas.

Após, é feita a visita técnica de orientação, que orientará a gestão dos processos físicos e eletrônicos e apurará eventuais demandas, a critério do Grupo Multidisciplinar, e necessidade de trabalho solidário. Com a visita do Grupo de Apoio e o levantamento do passivo físico e eletrônico pela Corregedoria, serão verificadas as condições da Vara para alcançar a meta, no que serão apresentadas as atualizações do Plano de Ação. Não havendo força de trabalho disponível na Vara, ocorrerá a disponibilização de grupo de apoio e/ou trabalho solidário.

Uma vez aprovado o Plano de Ação pela Corregedoria e definidos

versas Unidades.

De 2016 até o primeiro trimestre de 2017, foram 25 as Unidades atendidas. Destas, 10 Unidades estavam em acompanhamento pela Corregedoria em meados de março de 2017. Outras 15 Unidades já encerraram a execução do plano de ação, com a tramitação efetiva do passivo.

Ainda em 2016 foram realizadas 16 reuniões dos setores que integram a Equipe Multidisciplinar; 25 visitas técnicas do Grupo de Apoio, em um total de 50 dias investidos; 3 forças-tarefas, resultando em 15 dias de dedicação à tramitação processual; e 43 períodos de efetiva atuação do Grupo de Apoio na tramitação de processos físicos e eletrônicos, durante 89 dias e mais 59 dias de dedicação a distância, por meio do e-Apoio, e outros 53 dias de dedicação exclusiva aos processos físicos. Com ►

isso, somam-se 201 dias úteis de apoio à tramitação.

O resultado desta parceria entre 1ª Instância e Corregedoria pode ser percebido pelas mudanças havidas na organização espacial da Vara, maior aproximação em relação às Unidades participantes, fortalecimento de vínculos institucionais de intercâmbio de informações e gestão do conhecimento, aprimoramento de boas práticas e compartilhamento das estruturas físicas em prol das Unidades que mais necessitam de força de trabalho. Como indicador oficial desse trabalho, os números da tramitação efetiva são celebrados neste início de ciclo, no bojo no Planejamento Estratégico da Corregedoria para o período 2017/2021, servindo de respaldo para a continuidade deste projeto:

51.563 (cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e três) processos do passivo físico foram tramitados, somente em 2016; além de 24.242 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e dois) processos eletrônicos.

Ao todo, são 75.805 processos tramitados em cumprimento aos Planos de Ação elaborados, com protagonismo das equipes das Varas do Trabalho e apoio da Equipe da Corregedoria e demais setores envolvidos.

Juntamente à OAB de Campinas, Sorocaba e Taubaté, foram assinados Pactos de Gestão e Alinhamento com

a 4ª e 7ª Varas do Trabalho de Campinas, 3ª de Sorocaba e 1ª e 2ª de Taubaté.

O sucesso havido em Campinas, pelo grande passivo eliminado, destacou-se em meio a todos os resultados obtidos. Desde o início do acompanhamento da 4ª e 7ª de Campinas, no final de 2015, até a conclusão dos Planos de Ação de cada uma delas, em meados de 2016, houve a eliminação de 3.662 (três mil, seiscentos e sessenta e dois) processos físicos e 819 (oitocentos e dezenove) processos eletrônicos, referente ao passivo inicial da 4ª Vara, e de 2.755 (dois mil, setecentos e cinquenta e cinco) físicos e 1.079 (mil e setenta e nove) eletrônicos, referente à 7ª Vara; além da tramitação diária destinada a manter a data de corte estabelecida para os processos “do dia”.

Em 2017, o trabalho já segue e continua rumo a uma prestação jurisdicional célere, por meio da tramitação efetiva e da melhoria dos serviços prestados, com reflexo para a Cultura Organizacional da instituição como um todo.

Planejamento Estratégico 2017/2021 – plano de ação 2017

A partir da realização da 1ª Reunião do Projeto Apoia 15 com a recepção de 27 Varas do Trabalho, e da Reunião de trabalho com os direto- ►

res de secretaria que atuarão como “multiplicadores”, se sucederão as etapas de inclusão no projeto de assessoramento e demais ações que se identifique como necessárias.

Na perspectiva de processos internos do mapa estratégico da Corregedoria, no bojo do objetivo estratégico que visa a Aprimorar projetos em andamento, as ações serão concentradas em torno de Aprimorar o projeto APOIA15. Destarte, para o

trabalho, com priorização das tarefas por meio do Ranking G.U.T. e organização de equipes por fase processual (grupos internos) a serem orientadas por um dos servidores integrantes, dentro de cada fase. A inclusão das Varas será realizada em decorrência de critério envolvendo a criticidade dos índices aferidos pelo MGD e/ou em decorrência da mudança de gestor. Em adição a isto, o projeto da Autogestão Orientada será imple-



aprimoramento do APOIA15, serão incluídas mais Varas do Trabalho no acompanhamento realizado pela equipe da Corregedoria, com adoção das técnicas de planejamento estratégico no âmbito de cada Unidade, mormente no que se refere ao uso do ciclo PDCA, método 5W2H, e assim também às ferramentas de modelagem da gestão de processos de

mentado naquelas Unidades que atingiram o fim de seu plano de ação e que passarão, portanto, a serem responsáveis por acompanhar e gerir o próprio plano de ação. Estas Unidades exitosas continuarão contando com a orientação da Corregedoria, mas já em outra perspectiva de ação, mais autônoma em relação ao assessoramento inicial. ◆

COMUNICAÇÃO

Corregedoria divulga vídeos com dicas e orientações sobre a atividade de Primeira Instância

Em prol da divulgação das boas práticas e procedimentos otimizados, visando a universalizar as ideias capazes de padronizar a atividade de Primeira Instância em um patamar de alta eficiência, a publicização de orientações vem sendo realizado por meio de canal audiovisual de comunicação, nominado “Dicas da Corregedoria”, com a participação de integrantes da equipe. Periodicamente são disponibilizados vídeos de curta duração por meio de mensagem eletrônica e da Extranet, na página Orientações da Corregedoria.

Até meados do mês de Maio foram divulgadas 10 edições dos vídeos de Dicas, contando com a participação do Desembargador Corregedor Regional, Dr. Samuel Hugo Lima, além de servidores e até mesmo estagiários. A ideia é que – dentro de 1 a 2 minutos – seja mostrado no vídeo as melhores técnicas identificadas para a tramitação processual para os casos de maior incidência nas Varas, com a possibilidade de conhecer um pouco do dia a dia da Corregedoria e

dos integrantes da equipe, que acompanham de perto as Correições Ordinárias e demais atividades de fiscalização e orientação voltadas ao Primeiro Grau. A ação vai ao encontro tanto da Missão institucional estabelecida para o quinquênio 2017/2021, qual seja, “Aprimorar a atuação da 1ª Instância, mediante Fiscalização, Orientação e Parceria”, quanto dos objetivos estratégico de “Propiciar meios de melhoria contínua nas unidades de 1º grau” – no que a divulgação das Dicas colabora para a redução das inconsistências de dados das Unidades –, e de “Integrar a Corregedoria no contexto nacional” – pela colaboração a que se presta em relação a aprimorar os veículos de comunicação entre a Corregedoria e os interlocutores internos e externos, com ênfase procedimental.

O teor dos vídeos divulgados

Tratando-se de canal de comuni- ►

cação entre a Corregedoria e a Primeira Instância, que serve para divulgar dicas de procedimentos por meio de vídeos on-line. O trabalho foi inaugurado com um primeiro episódio gravado pelo Corregedor Regional, Desembargador Samuel Hugo Lima.

Para aperfeiçoar a comunicação entre a Corregedoria e a Primeira Instância, estão sendo publicados vídeos semanais denominados "Dicas da Corregedoria", na plataforma "YouTube", com ênfase nos procedimentos e dúvidas mais comuns e linguagem informal. Este contato direto é mais um dos mecanismos utilizados para orientar e difundir o conhecimento acumulado ao longo do tempo e as boas ideias coletadas em Correição, na Mostra de Boas Práticas ou via contato direto com as Varas. Encaminha-se, portanto, para conhecimento, os endereços eletrônicos para visualização dos referidos vídeos.

Todos estão convidados a participar desta nova etapa com ideias e sugestões, conforme divulgado no primeiro Dicas da Corregedoria, disponível na página "Orientações da Corregedoria", no menu Jurídico da Extranet. Novas dicas serão divulgadas em breve. Estamos de portas abertas.

Os vídeos foram produzidos pela Secretaria da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Re-

gião com apoio multimídia da Coordenadoria de Comunicação Social e Trilha sonora obtida no YouTube Audio Library.

Dica #1: A Corregedoria Regional

Em 20 de janeiro, o Corregedor Regional do TRT da 15ª Região, Desembargador Samuel Hugo Lima, falou sobre a função do órgão e os planos iniciais para o ano de 2017. O magistrado também apresenta o



meio de comunicação que se inaugura neste episódio piloto. Ocorre então a divulgação por e-mail a todas as Varas informando da disponibilização de canal audiovisual de comunicação entre a Corregedoria e a Primeira Instância.

Dica #2: Secretários de Audiência

Em 2 de fevereiro, a servidora da Corregedoria do TRT da 15ª Região, Denise Franco de Godoy Falavinha, falou sobre o agrupador de processos aguardando encaminhamento do secretário de audiências e como utilizá-lo para gravar observações sobre ►

a próxima ação a ser executada no processo. O objetivo é facilitar e oti-



mizar os serviços de secretaria, evitando que outros colegas ou o próprio servidor tenha que ler ou reler a ata de audiência para dar encaminhamento aos expedientes necessários. Voltada aos Secretários de Audiência, é ensinado como registrar observações em cada processo para facilitar o prosseguimento deste após a importação da ata de audiência.

Dica #3: Arquivamento de processos (Precatórios/Acordos)

Em 9 de fevereiro, o Coordenador de Apoio ao Corregedor do TRT da 15ª Região, Ayrton Rocha, contextua-



liza as razões que impedem que seja realizado o arquivamento dos processos aguardando pagamento de precatórios ou acordos. Assim, esta prática deve ser cessada, desarqui-

vando-se os feitos remetidos ao arquivo definitivo indevidamente, conforme explicação dada pelo Coordenador na dica desta semana.

Dica #4: PJe versão 1.14.1

Em 13 de fevereiro, o Chefe da Seção de Procedimentos Administrativos, Eduardo Sodré Júnior, aborda



as novidades trazidas pela versão 1.14.1 do Processo Judicial Eletrônico, o PJe.

Dica #5: Citação por meio eletrônico



Em 22 de fevereiro, a Dra. Lúcia Zimmermann, Juíza Auxiliar da Corregedoria do TRT-15, aborda a com- ▶

patibilidade entre o processo trabalhista e a citação realizada por meio eletrônico.

Dica #6: Convênio de pesquisa CAGED



Em 10 de março, a servidora da Corregedoria, Rayana Vidal Rosa da Silva, fala sobre as informações que podem ser obtidas por meio da utilização do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Edição Extra: Transparência de dados

Em 28 de março, o Corregedor



Regional do TRT da 15ª Região, Desembargador Samuel Hugo Lima, fala sobre a importância da transparência de dados na 1ª Instância, especialmente em relação ao Movimento 51 e à gestão da pauta de audiência. Produzida em formato especial, esta foi uma Edição Extra voltada para o saneamento dos dados.

Dica #7: Remessa ao 2º Grau



Em 5 de abril, a servidora da Corregedoria Regional do TRT-15, Denise Franco de Godoy Falavinha, ressalta como evitar alguns dos erros mais comuns encontrados quando da realização da Remessa ao 2º Grau.

Dica #8: Relatório de Aferição de Resultados

Em 11 de abril, o analista especializado em tecnologia da informação e comunicações lotado na Corregedoria, Adilson Sérgio Bertoldo Júnior, fala um pouco sobre o Relatório de Aferição de Resultados (RAR), ressaltando algumas novidades havidas neste ano de 2017, para melhor lei- ▶



tura dos dados. O objetivo desta edição é esclarecer algumas novidades havidas recentemente nos dados aferidos.

Dica #9: Relatórios do Sicond (PJe)

Em 18 de abril, a servidora da Corregedoria, Cláudia Elis Pereira de



Araújo, introduz a nova ferramenta disponível no âmbito da 15ª Região para consulta aos dados do Processos Judicial Eletrônico (PJe). Trata-se do Sistema de Consulta a Dados Operacionais (Sicond), cuja operacio-



nalização se encontra anexada ao vídeo, com reprodução das telas de acesso ao sistema, por meio da Ex-



tranet do Tribunal. O objetivo é apresentar a nova ferramenta disponível para consulta aos dados do Processo Judicial Eletrônico (PJe), por meio de tutorial anexado ao vídeo, com reprodução das telas de acesso ao sistema.

Dica #10: Tutorial Remessa 2º Grau

Em 5 de maio, a servidora da



Corregedoria, Denise Franco de Godoy Falavinha, apresenta um tutorial para a tarefa Remessa ao 2º Grau no âmbito do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), com o passo a passo gravado diretamente nas telas do sistema. ◆

GESTÃO

Magistrados da Corregedoria fazem primeira interlocução do ano com a judicatura do FT de Campinas

Os desembargadores Samuel Hugo Lima e Susana Graciela Santiso, respectivamente corregedor e vice-corregedora regionais, participaram nesta sexta-feira (13) de um encontro

Corregedoria, Maria da Graça Bonança Barbosa e Lúcia Zimmermann, mantiveram a primeira interlocução sobre o trabalho cotidiano que pretendem desenvolver no ano de 2017.



com os magistrados que atuam no Fórum Trabalhista de Campinas.

Os mais de vinte juízes que exercem suas funções na cidade-sede da 15ª, dentre eles a diretora Ana Cláudia Torres Vianna e o conselheiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) Carlos Eduardo Oliveira Dias, acompanhados também pelo presidente da Amatra XV, Luís Rodrigo Fernandes Braga e pelas juízas auxiliares da

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. Notícias. Magistrados da Corregedoria Regional fazem primeira interlocução do ano com a judicatura do Fórum Trabalhista de Campinas. Disponível em <http://portal.trt15.jus.br/mais-noticias/-/asset_publisher/VIG0/content/magistrados-da-corregedoria-regional-fazem-primeira-interlocucao-do-ano-com-a-judicatura-do-forum-trabalhista-de-campinas>

Acesso em: 13 jan. 2017. ◆

PLANEJAMENTO

Inovação da Corregedoria facilita acesso de juízes e diretores de secretaria ao RAR e ao MGD

Os juízes e diretores de secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região contam com uma nova funcionalidade para acompanhar, mensalmente, via smartphones, informações sobre seus resultados, tais como processos solucionados, audiências realizadas, taxas de congestionamento e outros dados. A Corregedoria Regional do TRT-15 desenvolveu códigos de barras bidimensionais para facilitar o acesso, por meio de dispositivos móveis, ao Relatório de Aferição de Resultados



(RAR) e ao Mapeamento Global de Desempenho (MGD).

Conhecidos como QR Codes, os códigos bidimensionais permitem

que o acesso aos relatórios ocorra por meio de um único toque sobre a tela do celular. Pelo método anterior, para visualizar o RAR ou MGD no smartphone, era preciso digitar manualmente o endereço de rede para acesso ao documento, geralmente composto por dezenas de caracteres.

Como utilizar

Para utilizar a inovação, o primeiro passo é baixar no smartphone um aplicativo (App) para leitura de QR Codes. O App recomendado pela Corregedoria Regional chama-se QR Reader, disponível gratuitamente tanto para celulares que utilizam o sistema operacional Android quanto o IOS.

De posse do aplicativo, basta direcionar a câmera do celular uma única vez para a capa do relatório, seja na tela do computador seja impresso. Feito o procedimento, o endereço eletrônico ficará armazenado no celular, podendo ser acessado ►

ACESSE o RAR do seu dispositivo MOVEL

Utilizando o aplicativo, capture o QR Code do relatório a partir da tela do computador.

Acesse o relatório de seu celular ou tablet.

Instale o aplicativo QR Reader a partir da loja virtual de seu dispositivo.

Salve o link em seu dispositivo móvel.

Favoritos

TRT da 15ª Região
CORREGEDORIA REGIONAL

JUIZ:
CPF:

Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença - com prazo vencido

PROCESSO	VARA	ORIGEM	DATA CONCLUSÃO	DATA VENCIMENTO	REMESSA	LOTE
0010002		P.Je-JT	16/06/2016	05/09/2016	395	9
0010480		P.Je-JT	22/06/2016	15/08/2016	390	9
0011525		P.Je-JT	05/07/2016	23/09/2016	390	9
0010267		P.Je-JT	06/07/2016	26/09/2016	395	8
0010181		P.Je-JT	14/07/2016	03/10/2016	395	9
0010510		P.Je-JT	10/09/2016	08/11/2016	395	9
0000699		SAPIG	06/06/2016	29/07/2016	390	9
0001618		SAPIG	24/06/2016	18/08/2016	395	9
0000991		SAPIG	06/07/2016	26/09/2016	398	8

Total: 9
Total de processos: 9

Clique no número do processo para abrir a respectiva página - na consulta processual de processos físicos ou dentro do PJe.

Assim o acesso às informações do relatório se torna mais dinâmica e facilita a utilização diária para a gestão dos processos.

nos meses subsequentes ou a qualquer instante.

Cada juiz titular ou substituto terá à disposição um código bidimensional personalizado para visualizar o RAR no celular. Já em relação ao MGD, são as varas do trabalho que possuem QR Codes únicos, acessados tanto por juízes responsáveis ou vinculados à unidade quanto pelos diretores de secretária ou servidores que os auxiliem.

Durante o ano passado, dados da Corregedoria Regional constataram que 19% dos acessos ao RAR foram realizados por meio de dispositivos móveis. Neste ano, após a criação dos códigos bidimensionais, subiu para 42% o acesso via smartphones.

MGD e RAR

Selecionado como prática que promove o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho durante o I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, realizado em 2014, em Alagoas, o MGD é um leitor de cenários desenvolvido pela Corregedoria Regional do TRT-15. Ele permite

aos gestores das varas do trabalho monitorar o desempenho da atividade judiciária na unidade sob sua responsabilidade, assim como em outras de porte semelhantes, por meio da média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho disponível.

Também desenvolvido pela Corregedoria Regional do TRT-15, o RAR fornece informações individuais sobre os resultados dos magistrados. Tanto ele quanto o MGD utilizam dados extraídos do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão). ♦

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. Notícias. Inovação da Corregedoria Regional facilita acesso de juízes e diretores de secretaria do TRT-15 ao Relatório de Aferição de Resultados e ao Mapeamento Global de Desempenho. Disponível em <http://portal.trt15.jus.br/mais-noticias/-/asset_publisher/MIG0/content/innovacao-da-corregedoria-regional-facilita-acesso-de-juizes-e-diretores-de-secretaria-do-trt-15-ao-relatorio-de-afericao-de-resultados-e-ao-mapeamento> Acesso em: 26 jan. 2017.

PLANEJAMENTO

TRT's da 8ª e 10ª Regiões conhecem práticas bem-sucedidas da Corregedoria da Décima Quinta

Neste maio e junho de 2017 a Corregedoria do TRT-15 recebeu duas visitas de outras Corregedorias. Na mais recente das visitas, ocorrida na quarta-feira, 10/5, houve a visita de dois servidores do TRT-10 (DF e TO). Cláudio Garcia, secretário da Corregedoria do TRT-10, e Mateus Correa, servidor da área de Tecnologia da Informação (TI) daquele tribunal vieram conhecer, entre outras boas práticas da 15ª, o Sistema de Informações Correicionais e Apoio à Gestão (e-Sincor), desenvolvido pela Corregedoria, responsável desde 2013 por fornecer dados para as atas de correição e, também, para a confecção de seus relatórios.

Na quinta-feira, 11/5, os visitantes participaram, com a vice-corregedora Susana Graciela Santiso, de uma correição no Fórum Trabalhista de Piracicaba, para conhecerem na prática o funcionamento do e-SInCor.

Em 7/6, as Juízas Auxiliares da Corregedoria do TRT-15, Maria da Graça Bonança Barbosa e Lúcia Zimmermann, receberam uma equipe de

gestores da Corregedoria da Oitava Região (Pará e Amapá). O motivo da visita deu-se para conhecer a metodologia de trabalho e tecnologias utilizadas na Décima Quinta. A comitiva continuou conhecendo os detalhes dos trabalhos realizados até a quinta-feira, na parte da tarde.

Após receberem as boas vindas, viram em detalhes o novo plano estratégico da Corregedoria para o quinquênio 2017/2021, apresentado pelo Secretário da Corregedoria deste Regional, Vlademir Nei Suato. Em seguida ouviram palestra da Juíza Maria da Graça sobre o projeto Apoia 15, voltado ao assessoramento e orientação das Varas do Trabalho, além dos detalhes de outros projetos apresentados pelos servidores das respectivas equipes. No segundo dia, a Secretária da Corregedoria, Liliane Cohen Calixto Trindade, o Assessor do Desembargador Corregedor, Jorge Maurício Cabeça de Souza, e o Assistente da Secretária, Jorge Fernando Avelar Barbosa Júnior, conheceram detalhes do e-Sincor. ◆



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Corregedoria Regional

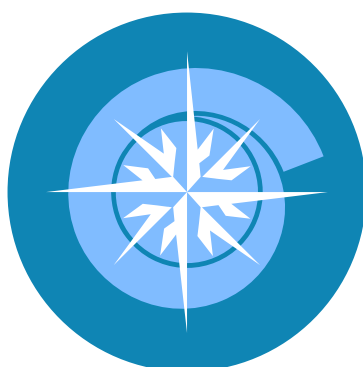
MAPA ESTRATÉGICO DA CORREGEDORIA REGIONAL TRT 15ª REGIÃO

Missão

Aprimorar a atuação da 1ª Instância, mediante Fiscalização, Orientação e Parceria.

Visão de Futuro

Reduzir o congestionamento nas Unidades de 1º Grau.



Valores

Ética, Comprometimento e Transparência.

PROCESSOS INTERNOS

Eficiência Operacional

Aprimorar projetos em andamento

Desenvolver novas ferramentas auxiliares no 1º Grau

Efetividade

Propiciar meios de melhoria contínua nas Unidades de 1º Grau

Viabilizar projetos de racionalização das atividades do 1º Grau

Atuação

Integrar a Corregedoria no contexto nacional

RECURSOS

Gestão de Pessoas

Viabilizar incremento nas competências de Magistrados, Diretores e Servidores do 1º Grau

Estimular ações de promoção da Qualidade de Vida no Trabalho